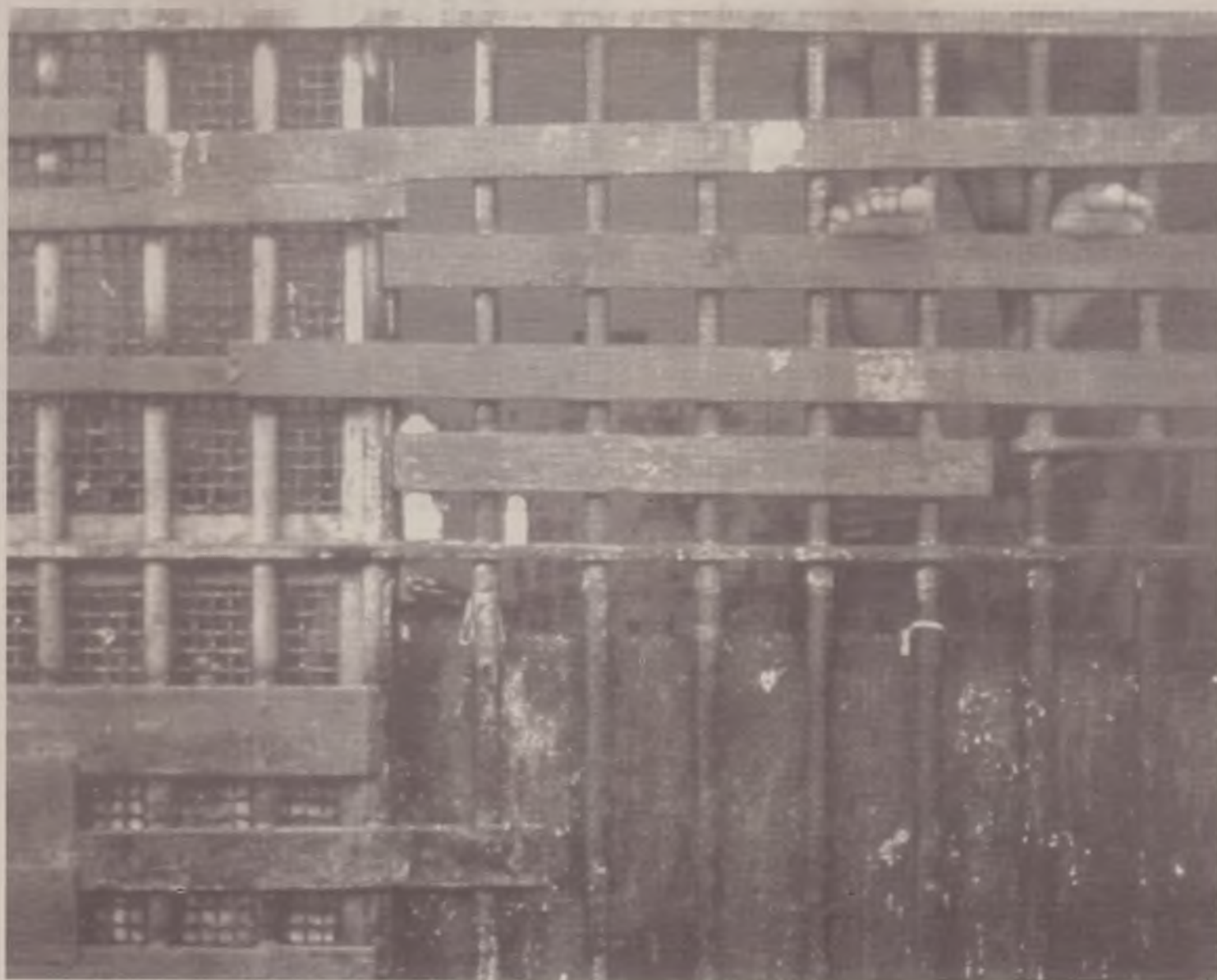


Na rota do extermínio, páginas 16 e 17



Apartheid social

Com Itamar, a continuidade
do neoliberalismo e sua
política de privatização,
arrocho, desemprego, miséria.

OPOSIÇÃO A ITAMAR NAS PÁGINAS 3 A 9

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

PUBLICAÇÃO DE
CARÁTER INTERNO AO
PT, DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 262
NOVEMBRO
1992
Cr\$ 6.000,00

Itamar e o apartheid social

Dedicamos este número do EM TEMPO principalmente a análise da nova conjuntura aberta pela queda de Collor e a posse de Itamar. Um giro importante no curso da luta de classes no Brasil, alterando a correlação de forças e abrindo mais espaço para a atuação do PT e das forças democráticas e populares. Mas o novo governo mostra-se incapaz de enfrentar o crescente apartheid social criado no Brasil.

É uma situação que parece ter provocado uma importante desorientação política em alguns setores do PT, principalmente na maioria da executiva nacional, felizmente corrigida pelo Diretório Nacional do partido. As matérias de José Corrêa, João Machado e Juarez Guimarães percorrem os temas em debate: a caracterização do governo Itamar, da nova situação e a orientação política do PT para o próximo período; o debate no interior do partido; a análise dos fortes elementos de continuidade entre a política econômica que vem sendo implementada pelo novo governo e a de Collor.

A modernização, palavra de ordem sob a qual vem sendo implementado o projeto neoliberal, é um tema central da entrevista com Michael Lowy, que analisa também a situação do marxismo e das discussões em torno do projeto socialista.

Artigos de Gustavo Codas e Miguel Rosseto trabalham a situação e impasses da CUT, sua posição face a Itamar e o que representa a entrada de Walter Barelli para o ministério do trabalho.

Marina Willer e Fernando Kinas discutem o tema da discriminação das drogas, Darlan Montenegro o problema da democracia no interior da UNE e Isaac Akcelrud a questão negra na formação histórico-social do país.

Joaquim Soriano apresenta um primeiro balanço das eleições municipais, necessariamente parcial na medida em que aborda apenas o panorama criado pelo resultado do primeiro turno. Em nossa próxima edição dedicaremos uma atenção especial ao balanço do resultado global produzido pelo segundo turno. Até lá.

Índice

3 - Crise nacional: Collor, Itamar e a conjuntura

José Corrêa

6 - Crise nacional: Correção de posições do PT

João Machado

8 - Crise nacional: Opção conservadora

Juarez Guimarães

10 - Marxismo, modernidade e utopia

Entrevista com Michael Lowy

12 - Sindical: Impasses que se prolongam

Gustavo Codas

12 - Sindical: O lado de cá da contradição

Gustavo Codas

13 - Sindical: Nova conjuntura, novas tarefas

Miguel Rosseto

14 - Discriminação: Prazer e liberdade

Fernando Kinas e Marina Willer

15 - Estudantes: Democratizar a UNE

Darlan Montenegro

16 - Violência: A ROTA pode te pegar!

Elisabeth Burigo

18 - Notas

19 - Negros: Meio século de resistência

Isaac Akcelrud

20 - Eleições: primeiro balanço

Joaquim Soriano

Esperamos que você assinasse embaixo

EM TEMPO é uma publicação que circula exclusivamente entre os filiados dos partidos dos trabalhadores. Espaço de opinião, debates e análise, **EM TEMPO** compartilhou a defesa de muitas idéias que hoje caracterizam nosso partido: a democracia socialista, o feminismo, o internacionalismo, a própria concepção de partido estratégico.

Idéias de amanhã também são debatidas no **EM TEMPO** hoje: o programa democrático-popular para o Brasil e alternativas políticas na crise nacional; os desafios do socialismo; as grandes viradas internacionais; a luta pela igualdade; temas da cultura.

Além de assinar a imprensa do PT*, convidamos você para assinar **EM TEMPO**.

Quero assinar **EM TEMPO** e recebê-lo em meu endereço.
Minha opção de assinatura é:

Semestral (5 edições)

Apoio: Cr\$ 50.000,00

Normal: Cr\$ 30.000,00

Anual (10 edições)

Apoio: Cr\$ 100.000,00

Normal: Cr\$ 60.000,00

Nome:.....

Endereço:.....CEP:.....

Cidade:.....Telefone:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Árabe:
Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo-SP CEP: 01151-000

*COMO ASSINAR A IMPRENSA DO PT:

BRASIL AGORA: (011) 220-7198 E 222-6318

BOLETIM NACIONAL: (011) 223-7999

TEORIA & DEBATE: (011) 220-2103

EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Gerson Almeida, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa, Caco Bisol, Fernanda Estima e Fabiano Ciambra

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138, Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

SUCURSAIS:

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20031. Vitória: Praça Quintino Bocaiuva, 16 Sala 707 CEP 29000 Fone: 2230921

Collor, Itamar e a conjuntura

JOSE CORREA

A queda de Collor e a posse de Itamar abre uma nova situação política no Brasil. Em 15 de março de 1990, um grupo de aventureiros galgava a direção do Estado legitimado pelo resultado eleitoral, logo implementando agressivamente um programa de reestruturação neoliberal. Superou-se o cenário que perdurou por quase toda a década de 80 - quando vários projetos burgueses coexistiram sem a clara preponderância de nenhum mais definido - estabelecendo-se a hegemonia neoliberal no seio da burguesia.

Agora, depois de dois anos e meio de modernização neoliberal, Collor e seu grupo são substituídos, abrindo uma situação contraditória, expressão da retomada desta longa crise de direção política da burguesia brasileira. De um lado, a queda de Collor teve como elemento decisivo a manifestação de uma consciência democrática por parte dos setores mais expressivos da sociedade civil e a enorme mobilização de massas, com a presença decisiva do PT, da juventude e de um grande movimento cívico. Foi essa mobilização que viabilizou o processo institucional do *impeachment*. De outro, mantêm-se um controle - que pode ser provisório ou não - dos partidos burgueses sobre o cenário político, que faz com que a mudança de governo seja uma passagem controlada.

A incapacidade das forças democráticas radicais de manterem as massas presentes na cena é em parte decorrência da forma como foi construído o movimento pelo "Fora Collor". Aí, o movimento operário e popular não teve uma intervenção organizada, que lhe permitisse manter uma identidade própria, dissolvendo-se num movimento cívico, restrito a garantir a aprovação do *impeachment* na Câmara. Isso impossibilitou a expressão, neste processo, de um projeto democrático e popular como alternativa global.

A instalação do novo governo desorganiza os acordos partidários estabelecidos sob Collor. Desloca momentaneamente boa parte das articulações políticas para o legislativo e retira do governo alguns dos setores mais reacionários da política brasileira, como o grupo do PFL de Antonio Carlos Magalhães, que vinham constituindo-se no eixo da base parlamentar de Collor. O centro de sustentação do novo governo no Congresso está na estruturação de um complexo leque de apoios do PMDB, PSDB, PDT, PTB, PFL (exceto o setor do governador baiano) e outros partidos menores. A nova equipe é heterogênea, temendo o elevado custo social do projeto "modernizador", inclusive porque a queda de Collor foi também seu produto (com o arrocho, o desemprego e a recessão). A reestruturação, porém, tende a continuar, dependendo do curso da luta de classes e por pressão dos setores do capital, ainda que provavelmente com mais contradições do que antes.

Com a relativa perda de coesão na articulação política da classe dominante e o impacto da recente mobilização de massas, há uma alteração no padrão da luta de classes, bem como uma mudança na correlação de forças em benefício dos setores populares. Ela é insuficiente, todavia, para restabelecer o patamar atingido em 1989.

A queda de Collor

Este deslocamento é amplificado pela forma como se deu a saída de Collor, escoraçado pela população. Embora tenham se concentrado nas capitais e se apoiado na base social e militante ampla da esquerda constituída no período anterior, além dos jovens que se introduziam na vida política, as mobilizações tiveram um grande impacto sobre o conjunto do



Fernando Estima

O governo Itamar é claramente conservador. Seus compromissos impedem uma ruptura com o neoliberalismo.

processo político. Ajudam a fortalecer a confiança das massas em sua capacidade de interferirem na definição dos rumos nacionais, marcam a entrada em cena de uma nova geração, reforçam o sentido de cidadania e a democratização da sociedade e do Estado.

A derrubada de Collor só pode ser entendida na sequência do processo de organização independente, fortalecimento e grandes lutas democráticas travadas pelo movimento operário e popular. Aí foi estabelecida uma correlação de forças social e política que o governo Collor procurou reverter coesionando a burguesia em torno do projeto neoliberal, vertebrando sua direção política em torno de seus setores mais conservadores e golpeando duramente a classe trabalhadora. E ele vinha obtendo um êxito relativo nisso, principalmente desarticulando os setores de ponta do proletariado, paralisando o movimento sindical e neutralizando a atuação do PT no plano político nacional. Agora, as tendências mais profundas anteriormente estabelecidas voltaram a se expressar, inclusive com a reversão parcial do quadro desfavorável no processo das eleições municipais. O movimento do eleitorado nas eleições majoritárias das cidades mais importantes foi em direção à esquerda e centro-esquerda. (ver matéria da pg. 20)

O governo Itamar

O novo governo tem um eixo que se situa no campo conservador do espectro político. Embora Itamar tenha uma tradição nacionalista, deslocou-se ao longo dos últimos anos para a direita, sendo eleito vice-presidente de Collor pelo PRN. Seu ministério é composto por figuras de direita, de centro e de esquerda. Mas o perfil do novo governo torna-se mais conservador na medida em que muitos membros do governo Collor forem mantidos no segundo e terceiro escalões. E o governo Itamar não é uma somatória de ministros, tratando-se principalmente de uma equipe que governa em função de compromissos partidários que apontam para continuidade não para rupturas com o processo de modernização.

Isso é perceptível na ausência de um projeto político mais definido, para além do que seriam as críticas de Itamar à



**Um novo
"processo
constituente"
marcará 1993.
Nosso
desempenho
nesta disputa
será
fundamental
para definir o
quadro de
1994.**

modernização neoliberal. As pressões para a continuidade de sua implantação, ainda que parcial, são muito fortes. Este projeto constitui-se no horizonte a partir do qual a política econômica do governo é avaliada pelos setores hegemônicos no campo burguês. Os jornais paulistas tem publicado diariamente editoriais duríssimos criticando qualquer manifestação de relutância face a sequência das privatizações e da abertura de mercados. E os novos ministros, mesmo os mais progressistas, tem se esforçado para não dar motivos para críticas pela direita.

Itamar é um vice-presidente que assume no meio do mandato. O julgamento de Collor pelo Senado funciona como uma sombra sobre o novo governo. Depois, não tem tempo para implementar uma reorganização político-econômica estrutural nos dois anos que faltam para encerrar o seu mandato. Por fim, o ano de 1993 será marcado por uma profunda reestruturação institucional, com a realização do plebiscito sobre sistema de governo em 21 de abril e o início da revisão constitucional em 5 de outubro.

Base parlamentar, composição e compromissos cujos eixos de gravidade são conservadores, ausência de um projeto político mais definido e a enorme pressão para a sequência da modernização collorizada sem Collor, a ausência da legitimidade das urnas, um mandato curto e pontuado pela reestruturação das instituições políticas constituem os elementos que nos permitem caracterizar o governo Itamar. Ao contrário de Collor, cujo governo sempre articulou os setores mais reacionários da política brasileira procurando a partir daí compor com o PDT, o PMDB e o PSDB, temos agora um governo burguês com um pouco mais de peso de centro, num certo reavivamento da Aliança Democrática de Tancredo e Sarney.

O governo Itamar não tem, face a estes limites estruturais, condições de apresentar-se como direção de um projeto estratégico de novos rumos para o capitalismo brasileiro, tendendo a esgotar-se na administração de tensões contraditórias oriundas de diferentes frações burguesas, nacionais e internacionais. Não poderá, ao mesmo tempo, ignorar as demandas mais agudas da população trabalhadora, embora não possa atendê-las, porque não tem nem o projeto nem a força política para confrontar aqueles setores que a elas se opõem. É um governo cuja política global tende a chocar-se com as aspirações democráticas e populares.

Ofensiva contra o neoliberalismo

É hora de discutirmos as novas oportunidades que estão se abrindo para a luta do PT contra o projeto neoliberal. O cenário

internacional é hoje distinto daquele que dominava em 1989 e 1990: depois de dois anos de recessão mundial capitalista; das experiências da restauração do capitalismo na Alemanha Oriental e Europa do Leste; da consolidação de um novo e nada democrático sistema de relações internacionais; e da instabilidade apresentada pela unificação européia.

É por isso que Bush pode ser derrotado nas eleições americanas. O neoliberalismo está fazendo água e a população tende a votar por mais Estado, mais emprego, mais proteção social e pela exigência de respostas para problemas que o mercado não responde. A eleição americana pode vir a sinalizar uma inflexão nas referências ideológicas dominantes no seio da burguesia e a apontar a necessidade de trabalhar alternativas reais ao neoliberalismo.

O cenário nacional é também mais favorável para sairmos da defensiva e retomarmos uma crítica mais contundente aos eixos do projeto neoliberal: abertura de mercados, desregulamentação e privatizações - medidas anti-desenvolvimentistas e, no caso das privatizações, intrinsecamente corruptoras.

Para isso é preciso o PT e o movimento superarem a crise de identidade que desde 1990 introduziu-se em nossas fileiras, introduzindo entre nós o culto ao mercado e à modernização, produzindo um sentimento defensivo agora injustificável.

Novo processo constituinte

O que pode ou não realizar o governo Itamar é apenas um dos problemas postos pela nova conjuntura. Porque hoje ganha muito peso a alternativa parlamentarista, com a experiência do governo Collor e sua substituição, de um lado, e o desgaste de várias lideranças burguesas que poderiam apresentar-se como alternativa de direção nas próximas eleições (a última a ser alvejada é a de Quêrcia, pela CPI da VASP), de outro. O parlamentarismo pode, também, dependendo das regras, ser uma opção mais coerente para as elites dada a inexistência de uma clara hegemonia no campo burguês de uma direção política mais definidos. E tende a impedir que a próxima eleição possa propiciar a ascensão de um governo democrático e popular. Dificulta, por outro lado, um esforço vigoroso de reestruturação do capitalismo brasileiro, como o defendido por Collor.

Na verdade, está colocado a partir de agora e durante todo o ano de 1993 o que podemos chamar de um "novo processo constituinte": o plebiscito sobre sistema de governo, a regulamentação do que for aprovado (o que pode significar inclusive a eliminação ou a neutralização da figura do presidente), as

Neoliberalismo e alianças do PT

A queda de Collor desorganizou momentaneamente o polo mais a direita na cena política, mas não a direita em seu conjunto. Ampliou o espaço de ação do PT, abrindo uma maior possibilidade de combinarmos a ação institucional e a luta de massas. Há um setor da população que potencialmente pode sustentar de forma ativa a luta pela democratização profunda do Estado e da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, a burguesia mantém um amplo controle sobre o terreno institucional e, em particular, o atual Congresso. Ai, deslocamentos mais expressivos só são possíveis com a pressão das ruas, como mostrou o processo de impeachment.

Porém, a resposta que um setor do PT está dando para este problema é ampliar a política de alianças, torna-la mais flexível, abarcando posições políticas mais conservadoras. Trata-se de uma resposta equivocada, que mostra que este setor ainda não assimilou as novas condições nas quais se dá a luta de classes desde 1990. Uma conquista da burguesia no governo Collor parece ser definitiva: o neoliberalismo passou a ser visto como o único projeto coerente no campo burguês. É ele que referencia política e ideologicamente nossos adversários. É a posição face a ele que nos permite balizar nossa política de alianças estratégi-

cas, a clivagem que separa nossos inimigos de aliados efetivos ou potenciais. Isso tem grande incidência tática, reduzindo muito mais o nosso espaço cotidiano de ação institucional em torno das questões sociais e econômicas. Mesmo com a queda de Collor, a classe dominante continua qualitativamente mais coesa - ideológica e estrategicamente - do que no período até 1989.

Vamos tomar um exemplo. José Serra é uma figura vista com respeito por certos setores do PT. Mas não deveria. Suas posições são bastante conhecidas e claras, tendo-lhe valido um grande trânsito na comunidade empresarial. Isso deriva de seu sempre reafirmado compromisso com a modernização neoliberal - desregulamentação, abertura de mercados, privatização - ainda que conduzida com mais cautela e associada a "preocupações sociais".

Isso na verdade caracteriza todo um setor do PSDB identificado com o projeto de modernização capitalista - incluindo o atual ministro das relações exteriores - que não por acaso queria, há alguns meses, integrar o governo Collor. O PSDB como um todo pode hoje ser aliado tático na luta por certas reformas políticas, mas boa parte de seus líderes são inimigos estratégicos no momento em que definições socio-econômi-

cas se colocam em discussão; situam-se no mesmo campo ideológico das forças que sustentam nossos adversários mais resolutos.

Este não parece ser o caso de todo um outro setor do PSDB ou de uma série de liberais de vários partidos, bem como de setores de partidos sem perspectivas, que podem ser atraídos para nosso projeto. São aliados potencialmente estratégicos, muito mais confiáveis que os arautos social-democratas da modernidade neoliberal.

Alianças são estabelecidas em função dos objetivos que definimos. Para os que abrem mão da luta por uma alternativa democrática e popular e pelo poder, optando por trabalhar com o objetivo de um governo de centro-esquerda que ficaria de fato dentro do horizonte da modernidade capitalista, é coerente que o setor "moderno" do PSDB seja um parceiro privilegiado, enquanto um político nacionalista é visto como expressão do atraso, mesmo quando aliado conosco. Este não é, porém, um ponto de vista coerente com o que o PT definiu na discussão estratégica nos seus encontros desde 1987 e no congresso do ano passado. Apenas com uma política eleitoral e alianças parlamentares não nos colocaremos como uma alternativa de governo e de poder. Isso requer um poderoso movimento político de massas.

reformas políticas já em discussão (eleitoral e partidária), as mudanças nas relações trabalhistas e sindicais e a revisão constitucional. Neste processo, o "horizonte 1994", se tratado de forma simplista, pode conduzir-nos a sérios impasses. O que quer que venha a estar em disputa em 1994, dependerá dos enfrentamentos travados.

Movimento político

Face a este cenário, há duas opções *coerentes* que podem ser adotadas pelo PT. Uma primeira é considerar que o presidencialismo é um caminho que permite conduzir a disputa de alternativas globais com muito mais consistência, encarando a eleição para o executivo como um mandato para aplicar, no caso de uma vitória em 1994, um programa democrático e popular, constituindo um governo com este caráter que se confrontará com um legislativo mais conservador e a ordem institucional estabelecida, num tensionamento cujo resultado não pode ser pré-determinado. É uma via que parece apontar um caminho claro para estabelecermos uma disputa de rumos na sociedade.

Uma segunda é encarar o parlamentarismo como parte de um amplo processo de reformas radicais que compõem nosso projeto democrático e popular. Aí, a montagem de uma nova configuração institucional tem que resultar num conjunto efetivamente democrático de ordenamentos político e jurídicos. Porque o parlamentarismo sem esse grau de democratização pode significar a impossibilidade de um partido como o PT vir a ter condições de ascender ao governo com um programa de transformações estruturais (o que é diferente dele descaracterizar-se numa ampla aliança de centro-esquerda, que não pode dar origem a um governo democrático e popular).

As duas posições, com seus méritos e problemas, tem em comum um fato decisivo: só são exequíveis se sustentadas por um forte movimento político de massas que lute nas ruas pela aprovação desde agora de um programa de reformas estruturais e de democratização radical do Estado e da sociedade. São elas e não as articulações entre cúpulas partidárias que podem garantir a aprovação no plano institucional de transformações profundas. Temos que reconhecer que a nossa força fundamental está na mobilização direta dos setores mais organizados e conscientes da sociedade brasileira.

Isso, por si só, não nos assegura vitórias eleitorais fáceis. O nível de experiência, organização e consciência das massas é muito diferenciado. Apenas setores minoritários tem algum grau de participação política. A dificuldade do PT ganhar a adesão eleitoral destes setores não é o resultado de uma inadequação estrutural do "discurso" partidário, que teria que ser alterado para atingirmos as amplas massas desorganizadas. Tampouco podemos contornar este problema através de uma política de alianças mais ampla, incorporando partidos que reflitam estágios menos definidos de consciência e/ou interesses de outros sociais. Temos que responder ao que existe de justo nas duas preocupações tanto trabalharmos melhor nosso discurso, de forma a ter acesso mais fácil ao imaginário das amplas massas, como tecermos alianças tão amplas quanto possível sem descaracterizarmos nosso programa e projeto. Mas não há atalhos para a incorporação das amplas massas na cidadania.

A única forma de expandir qualitativamente a base social e eleitoral do PT coerente com os objetivos de nosso partido é através do ingresso na vida política de parcelas cada vez maiores da população trabalhadora hoje desorganizada. E isso nunca é feito a frio, fora de grandes experiências de luta, de enfrentamentos de massa, de situações de polarização que permitam a visualização de campos antagônicos. A constituição de um *movimento político de massa de caráter democrático e popular* só é possível, portanto, através de um amplo processo de lutas sociais e políticas.

O PT: oposição à Itamar

Face as características que marcam o governo Itamar é provável o seu rápido desgaste. Nem o país, nem nosso partido



Reprodução

tem algo a ganhar com a sua permanência. Mesmo agora, enquanto Collor é julgado, não temos que garantir sua governabilidade. O argumento de que Collor pode voltar é ridículo. Se Itamar fracassar, a burguesia encontrará outra alternativa, o que é facilitado pela conjuntura de reformas políticas, mas jamais permitirá a volta de Collor, que traria como consequência um quadro de desobediência civil generalizada.

A mobilização de massas travada nos últimos meses não permitiu um questionamento mais profundo das instituições estabelecidas, um ruptura democrática a partir da queda de Collor. Não estão hoje colocadas as condições para agitarmos bandeiras como eleições gerais ou novas eleições presidenciais. Mas esta situação pode vir a se configurar (e o PT deve trabalhar para isso) em função da conjugação de três elementos: - o afastamento definitivo de Collor; - o desgaste provável do governo Itamar; e, - a realização, em abril, do plebiscito sobre sistema de governo.

O PT sustenta uma luta contínua pela democratização do Estado e da política, só possível com o pleno exercício da soberania popular. O povo aprendeu que pode tirar de forma constitucional um presidente e temos que estimular a consolidação deste aprendizado. Os governantes que não estiverem correspondendo às expectativas populares podem e devem ser democraticamente substituídos.

O plebiscito de abril, caso realize-se num quadro de desnudamento dos compromissos conservadores do governo Itamar, propiciará a oportunidade não apenas de discutir de forma genérica o sistema de governo, mas eventualmente a condição de chamarmos a realização de novas eleições. O Congresso estabeleceu que a implementação do que for decidido dar-se-á em 1995; e ele pode estabelecer, por nova votação, outro calendário. É um problema de correlação de forças e mobilização popular.

Este Congresso, eleito em 1990, é o cenário mais adverso para realizarmos as discussões estabelecidas pela revisão constitucional, que começa em outubro. Temos todo interesse não só no fim do governo Itamar, mas em fragilizarmos ao máximo o Congresso enquanto núcleo alternativo de articulação e estabilização de dominação burguesa e do projeto hoje hegemônico no seu interior.

Neste sentido, o PT deve apresentar sua plataforma não privilegiadamente aos demais partidos, mas a toda a sociedade. É um programa não de negociação, mas de luta, que deve integrar as reivindicações já formuladas pela CUT (ver matérias das páginas 12 e 13).

É só se conseguirmos construir enfrentamentos políticos de qualidade superior e um movimento de massas unificado por um programa de reivindicações econômicas, sociais e políticas mais definidas que poderemos dar concretude à luta por novas eleições e credenciarmos-nos como alternativa de governo. □

A constituição de um forte movimento político de massas democrático e popular é condição para efetivamente disputarmos o governo.



Correção de posições do PT

JOÃO MACHADO

O PT fortaleceu-se com a queda de Collor. Teve um papel decisivo tanto na mobilização de massas como na CPI do Congresso que incriminou Collor. Revertemos parcialmente o quadro adverso que vivemos desde 1990 e que o partido está tendo tanta dificuldade de enfrentar.

Por outro lado, o partido tem tido problemas para chegar a uma posição clara face à formação do governo Itamar e com relação às propostas para a atual situação. Já antes da votação da admissibilidade do *impeachment* começara uma discussão na Executiva Nacional, na bancada federal e no conjunto do partido na qual manifestaram-se fundamentalmente três posições distintas (ver matéria "Debate no PT" no **EM TEMPO** nº 261). Esta discussão prosseguiu após aquela votação, e igualmente com três posições básicas.

O deputado Eduardo Jorge, líder da bancada federal, continuou a defender uma posição na linha que o PT deveria apresentar suas propostas, negociá-las com os outros partidos e com o próprio Itamar e, dependendo da resposta, participar do governo. Segundo o companheiro Eduardo Jorge o partido não poderia se declarar *a priori* oposição e recusar-se a integrar o governo.

A posição majoritária na Executiva Nacional em várias reuniões é diferente, pois define o PT como oposição e exclui a possibilidade de participação do partido no governo. No entanto, esta posição não estava isenta de ambiguidades: comprometia o PT com as "condições de estabilidade" e a "governabilidade" do governo Itamar (ver box).

"Governabilidade"

O primeiro problema desta posição é que é muito difícil conciliar uma posição de oposição com esta responsabilidade auto-atribuída de zelar pela estabilidade e pela "governabilidade". Este compromisso com a estabilidade do governo leva

inevitavelmente a uma postura de auto-limitação da oposição, por mais que se enfatize que não renunciamos "a desenvolver ações" de acordo com nossos programas.

Além disso, a idéia de um governo que tem por funções "assegurar condições de funcionamento econômico e político do país" até a posse do presidente eleito em 1994 que, este sim, poderia promover as grandes transformações que o país necessita confunde desejo com a realidade, deixa de lado a análise objetiva do governo Itamar, das forças de classe que o compõem e sustentam. Como se fosse possível congelar a luta de classes, ter um governo neutro do ponto de vista da disputa das grandes questões que envolvem interesses sociais distintos (por exemplo, quem deve pagar os custos da crise, quem deve ser penalizado na alternativa que vier a ser escolhida para saída da crise). E esta questão é decisiva: não somos contrários ao governo Itamar apenas pela sua origem (vice do Collor, eleito em condições de fraude eleitoral, etc.), mas também pela sua base de sustentação: a maioria conservadora do Congresso Nacional, os setores com os quais Itamar tem compromisso, etc.

Não podemos comprometer-nos com nenhum governo que não tenha uma marca forte dos trabalhadores e dos setores populares, que procure governar fundamentalmente a partir dos seus interesses (o que temos chamado desde 1987 de "democrático e popular"). E isto não por algum preconceito ideológico, mas simplesmente porque não existe política econômica e social neutra.

O documento aprovado na Comissão Executiva Nacional conclui com um programa de medidas emergenciais que o PT propõe para a sociedade e defende perante todas as demais forças políticas - e portanto reivindica também do governo.

Democracia radical

Itamar foi eleito junto com Collor na disputa contra o PT. Embora tenha diferenças com Collor, *continua expressando interesses sociais e políticos opostos aos que defendemos*. O processo do *impeachment* representa um importante avanço democrático no país e é importante que Collor seja definitivamente afastado pelo Senado. Mas não temos nenhum compromisso com o governo Itamar; numa sociedade efetivamente democrática deveríamos ter novas eleições.

Na verdade, a maior contribuição que o PT pode dar para a realização das tarefas apontadas na nossa plataforma de emergência é lutar para transformá-las em bandeiras de um poderoso movimento político de massas, uma segunda fase das mobilizações que dê prosseguimento as aspirações democráticas e sociais que se manifestaram nas ruas e que a burguesia e a mídia procuram agora controlar, canalizando-as para as instituições estabelecidas.

A tese da "governabilidade democrática" tem a perigosa consequência de amenizar o ímpeto radical com que o partido aparece. Ao contrário do que pensam muitos companheiros, nosso partido e nosso projeto estratégico nada têm a ganhar com isso, nem social, nem política, nem eleitoralmente. Isso só contribui para diluir-nos, aos olhos de boa parte das massas populares, como parte de uma elite política que é, para elas, toda igual. Nossa diferenciação só se torna inquestionável com uma postura de *radicalidade democrática permanente*, radicalidade que se contrapõe a moderação indicada pela linha da defesa da estabilidade e da governabilidade.

Lula e Itamar

Mas as contradições do texto aprovado na Executiva foram ampliadas por alguns posicionamentos de Lula neste processo, que surgiram aos olhos da população como a posição do partido.

Em primeiro lugar, por mais que não fosse essa a posição nem de Lula nem do PT, que já havia neste momento definido que não participaria do governo Itamar, as reuniões de Lula, Tasso e Quéricia apareceram na imprensa como negociações em torno da composição do ministério de Itamar. O que foi veiculado para a população e a militância do PT, por exemplo, é que Tasso e Lula sustentavam a indicação de José Serra para o Ministério da Fazenda e ela foi vetada por Quéricia.

Na reunião da executiva nacional com a bancada federal no dia 5 de outubro, foi reafirmada a posição de que somos

O que caracterizava a posição majoritária da Executiva Nacional era a ambiguidade frente ao governo Itamar.

A posição da Executiva

Esta foi a posição majoritária na Executiva Nacional do PT (alterada posteriormente pelo DN): "O fato de haver sido companheiro de chapa de Collor e as complexas circunstâncias em que chega à presidência do país não conferem a Itamar Franco a legitimidade necessária para encabeçar um grande projeto de reconstrução econômica e política.

Por seu caráter de transição caberá ao novo governo fundamentalmente assegurar condições de funcionamento econômico e político ao país, de forma a transferir a presidência àquele que venha a ser escolhido nas eleições gerais de 1994...

O PT considera que lhe compete, assim como a todas as demais forças democráticas do país, dar ao governo Itamar condições constitucionais e legais para que cumpra as tarefas pertinentes a este período de transição. Isso não significa adotar uma posição de passividade conservadora diante dos grandes desafios frente aos quais o Brasil está confrontado. É necessário, no entanto, que estejam garantidas posições de estabilidade que permitam ao governo cumprir o que é próprio do período de transição e que

está, cada vez mais, sendo exigido pela sociedade, em especial pelos trabalhadores.

Para que haja a governabilidade de que tanto se fala não se pode ficar no nível dos acordos superestruturais de partidos, grupos ou pessoas.

A nova situação não implica, muito pelo contrário, no fim dos conflitos sociais, menos ainda que os partidos, os sindicatos e outras organizações da sociedade civil renunciarão a desenvolver ações conforme a seus programas...

O Partido dos Trabalhadores não reivindica nem pretende participar do governo Itamar Franco.

Subirá a rampa do planalto quando seus candidatos forem escolhidos pelo voto popular, o que espera que ocorra em 1994.

Permanecendo na oposição, o PT não se omite frente ao novo governo. Oferece a ele, aos partidos políticos e, sobretudo, à sociedade, um programa que considera expressar o nível de consciência e de acúmulo de forças expressados nas jornadas destas semanas e que aponta para o início da resolução dos mais graves problemas que o país enfrenta" (todas estas citações foram suprimidas pelo DN).

oposição ao governo Itamar e ela foi divulgada por todos os canais de televisão do país, através de um declaração de Lula que tinha esse eixo. No entanto, logo em seguida, Barelli aceitou o Ministério do Trabalho (ver matéria da pg.12), quando parece evidente que - por sua trajetória e vínculos com o PT - ele dificilmente assumiria o cargo se existisse um posicionamento contrário claro do partido. Somos oposição ao governo mas uma pessoa notoriamente identificada conosco aceita participar dele.

Ocorreram, ao mesmo tempo, declarações públicas de Lula que não nos colocam como oposição: "Para que ninguém diga que está com saudades de Collor, nós temos a obrigação de fazer este governo dar certo, pelo menos para levar o país até as eleições de 1994... Nossa posição é clara. Nós tiramos o presidente da República, então nós temos a obrigação de criar condições para que o sucessor possa governar o país nos próximos dois anos e meio... Nossa expectativa é que ele tenha chance de começar a mudar o país, e o PT irá trabalhar no Congresso Nacional para que isso dê certo". O reporter afirma em seguida, nesta entrevista, "o que significa que o PT não está na oposição. Está na expectativa em relação ao que o governo vai fazer", ao que Lula responde: "Perfeito. É essa nossa posição" (**Folha de São Paulo**, 12/10/92). Lula disse a mesma coisa no **Brasil Agora** nº 25: "o partido não declarou ser oposição ao governo Itamar, até porque o Itamar não declarou ainda ao que veio". Isso é algo diferente do que afirma a resolução da Executiva quando diz "permanecendo na oposição, o PT não se omite frente ao novo governo".

A posição do Diretório Nacional

Assim, desenvolveu-se uma terceira posição no debate: a de defender uma oposição mais clara do PT ao governo Itamar. Divergiram da resolução aprovada na Comissão Executiva Nacional membros da própria Executiva, da bancada federal, de direções estaduais do partido, com diversas fundamentações (naturalmente, nem todos concordando com os argumentos que resumimos acima).

Já nos debates da Executiva Nacional houve cinco membros contrários à resolução aprovada, além do deputado Eduardo Jorge, que tinha como já foi mencionado uma posição totalmente distinta: Perseu Abramo, Joaquim Soriano, Jorge Almeida, Markus Sokol e João Machado.

O debate na bancada federal também revelou divergências importantes. Numa reunião no dia 22 de outubro, com muitos deputados ausentes e com abstenções foi aprovada por 10 votos contra 9 que o PT deveria ter uma posição de oposição mais forte. Votaram a favor desta posição, entre outros, os deputados Vladimir Palmeira, Raul Pont, Jacques Wagner.

Também algumas direções estaduais enviaram propostas para o Diretório Nacional propondo alterações na resolução do partido no sentido de reforçar a definição oposicionista.

Era bastante bastante previsível que a reunião do Diretório Nacional de 24 de outubro, na qual esta questão foi debatida, seria uma das mais polêmicas já realizadas pelo partido.

Já o próprio texto da Executiva proposto como texto-base, sem prejuízo de emendas, foi aprovado por apenas dois votos de maioria, com várias abstenções ademais.

Em seguida foi debatida uma emenda que consistia em um parágrafo de uma resolução aprovada pelo PT do Rio Grande do Sul, que terminava dizendo: "por menores que sejam as ilusões da população com o novo governo, se a situação do país não melhorar minimamente entraremos numa nova e aguda crise. Nesta hipótese a bandeira da antecipação das eleições poderá tornar-se imprescindível para garantir a continuidade da luta democrática e os anseios dos milhões que participaram dos movimentos pró-impeachment". Ela foi rejeitada por apenas um voto, havendo além disso algumas abstenções.

Depois, uma emenda - proposta inicialmente pela Comissão Dirigente de Santa Catarina - que dizia "o PT se declara de

oposição e portanto não participará direta ou indiretamente do governo" foi aprovada com uma ampla maioria.

E então foi aprovada por 25 contra 24 uma emenda proposta pelo deputado Vladimir Palmeira que suprimia toda a parte do texto da Executiva que caracterizava o governo Itamar e definia a posição do PT com relação a ele, e a substituiu por:

"O afastamento de Collor é, em si, uma derrota do neoliberalismo. O movimento popular, fortalecido no processo, poderá frear o avanço neoliberal. Neste sentido, ganha importância a definição de uma plataforma de reivindicações imediatas, políticas, econômicas, sociais e institucionais e a articulação da defesa, na revisão constitucional, das conquistas da Constituição de 1988.

O governo Itamar nasce muito mais fraco que o seu antecessor, distante da legitimidade dos famosos 35 milhões de votos. Não podemos vacilar. Temos de trabalhar agora, pressionar desde já. Governo mais fraco, mas de projeto político não tão

A correção de rumos feita pelo DN define uma clara postura de oposição frente a Itamar.



Eneraldo Carneiro

diferente, o governo Itamar, que antes do *impeachment* se declarou neoliberal, constituiu seu núcleo de poder com a aliança PFL-PMDB, ficando a coordenação da política econômica sob o controle do PFL.

Itamar vem aplicando a mesma política econômica de seus antecessores, apesar das pressões para alterar a política recessiva; reclama da miséria social, mas mantém a política que gera esta mesma miséria...".

Fim das ambiguidades

Se consideramos portanto a resolução tal como saiu do Diretório Nacional, temos de constatar que mudou bastante. Saiu toda a defesa da estabilidade e da governabilidade; entrou uma caracterização mais crítica do governo Itamar (um tanto imprecisa, é preciso dizer), e o programa apresentado pelo PT passa a ser visto fundamentalmente como um programa para a mobilização social. Podemos considerar que a posição oficial do PT passa a ser basicamente correta.

E esta correção se explica por uma reação de dirigentes do partido em vários níveis (refletindo certamente uma posição de muitos militantes) contra a ambiguidade da posição do PT frente ao governo Itamar. Certamente uma discussão ampla no partido, particularmente nos diretórios estaduais, só consolidará esta posição mais clara e firme.

E todos deveríamos considerar que uma divergência da maioria do Diretório (ainda que uma maioria frágil, por apenas um voto numa votação decisiva) com a maioria da Executiva é saudável e democrática. E é bom recordar que esta maioria de um voto correspondeu a uma maioria de um voto também na bancada federal, e a posições de algumas direções estaduais que se manifestaram. Este episódio significa sobretudo um alerta para a maioria da Executiva. A discussão até foi conduzida de forma muito auto suficiente e estava pouco sintonizada com as opiniões de muitos parlamentares, membros do DN, dirigentes estaduais e da maior parte da militância. □



Opção conservadora

JUAREZ GUIMARAES

A idéia de que o governo Itamar imprimiria uma dinâmica de ruptura com os parâmetros fundamentais da política econômica do governo Collor foi incentivada pelas primeiras declarações do novo presidente, questionando o conceito de "modernidade" que se tornou, no último período, uma verdadeira senha de identificação dos neoliberais no Brasil.

Já é possível dizer, até pela avaliação dos primeiros procedimentos do governo, que esta idéia é uma ilusão. Está no campo de possibilidades do governo Itamar fazer alguns desvios de rota, alterações de percurso em relação aos pontos mais anti-populares ou escandalosos da política neoliberal, dependendo das pressões e lutas populares que sobre ele se desencadeie. Mas há pelo menos três razões de fundo que indicam obstáculos para que o governo Itamar seja capaz de elaborar e encaminhar uma política econômica coerentemente alternativa ao neoliberalismo.

Em primeiro lugar, há o peso da inércia, fruto da combinação da força do grande capital com a herança plantada pelo ex-ministro Marcílio. Todas as manobras das forças políticas da ordem nos últimos meses antes da queda de Collor foram exatamente no sentido de "salvar" o programa econômico da ruína do governo que o encaminhava. As primeiras manobras pretendiam inclusive garantir a continuidade do ministro Marcílio na gestão da economia para além do governo Collor. Na medida em que isto foi se tornando impossível, optou-se por antecipar várias decisões econômicas que condicionariam o novo governo: o acordo com o FMI e o cronograma de privatizações das empresas estatais são exemplos desta estratégia.

Mas o peso da inércia vale sobretudo para a verdadeira armadilha financeira em que o Estado brasileiro está hoje enredado, com a necessidade de manter a colocação massiva de títulos públicos com altíssimos juros no mercado. O orçamento federal previsto para 1993 prevê 63,9% dos gastos com encargos financeiros.

O projeto neoliberal revela-se mais forte e duradouro do que o personagem Collor e impõe-se nos primeiros passos do governo Itamar

Tiro na liberdade

O título acima não se refere ao assassinato de alguma liderança rural ou de um certo líder negro sul-africano pelo apartheid. Trata-se de um artigo publicado na revista **Exame** nº22, de 28 de outubro de 1992, criticando a decisão do governo Itamar de continuar controlando o preço dos combustíveis, ao contrário dos demais preços que permanecem plenamente liberados.

A exarcebada retórica neoliberal parece não ter limites. Curiosamente, a mesma revista em sua página 27, traz um artigo sobre o hiper-crescimento dos preços em geral decididos por monopólios ou oligopólios nos últimos doze meses, exatamente no período em que prevaleceu a liberdade de preços. Enquanto a inflação média, medida pela Fipe, cresceu 1.131% nos últimos doze meses, os remédios e os produtos farmacêuticos aumentaram em 1.831%, os preços do fumo e bebidas em 1.655% e os artigos de higiene e beleza em 1.469%.

Outro exemplo de verborragia dos corifeus do neoliberalismo está na

reação à crítica da utilização de "moedas podres" no processo de privatização das estatais.

Em seu editorial na mesma revista **Exame**, Mário Henrique Simonsen, repete as palavras do colunista de **O Estado de São Paulo**, Joelmir Beting: "podre não é o título da dívida pública que está sendo aceito para compra de ações de estatais; podre é o governo que não honrou esses títulos no seu vencimento. Podre é a cabeça de quem diz que o governo não precisa apressar-se em liquidar as debênturas de uma empresa extinta, a Siderbrás, como se tais papéis não tivessem o aval da União ou se a simples dissolução de um holding estatal fosse capaz de apagar suas dívidas".

Os adoradores do mercado sustentam com ofensas que estes títulos sejam usados não com seu valor real de mercado, pelo preço real em que são efetivamente negociados no mercado, mas que sejam superavaliados pelo Estado em troca de ativos reais, subavaliados.

Ora, criar novas bases para a política econômica, fazer frente a este peso da inércia exigiria uma vontade política, uma determinação de enfrentar os interesses especulativos do grande capital não faz parte da natureza do governo Itamar.

Base conservadora

Em segundo lugar, sem uma base partidária própria, o governo Itamar tem os seus passos bastante limitados pela maioria conservadora do Congresso. A própria formação do seu ministério é um exemplo da necessidade de se curvar a uma negociação fisiológica com as forças conservadoras para construir a sua governabilidade. A sua proclamada intenção parlamentarista em grande medida não é senão a confissão de sua impotência.

Apesar de profundamente fragmentada em siglas partidárias distintas, a base conservadora do Congresso tem mostrado ao longo dos últimos anos uma relativa e importante coesão em torno dos princípios neoliberais da privatização, desregulamentação, abertura para o exterior, enfim, toda uma pauta de "modernização" feita a margem e contra os interesses imediatos e históricos dos trabalhadores.

Uma terceira barreira à ruptura com os pontos fundamentais do projeto neoliberal reside na verdadeira guerra ideológica movida pelos meios de comunicação de massa e por formadores de opinião. Aqui, o grande capital apoia-se no domínio ideológico que veio construindo principalmente a partir da posse de Collor. Os dogmas, os símbolos, os apelos neoliberais punem com destreza toda e qualquer declaração de algum ministro de Itamar que fuja ao figurino estrito da lógica e retórica neoliberal (ver box).

Aqui também o governo Itamar, com uma feição ideológica difusa, é muito mais criatura do que criador, sua voz própria soa sempre tímida ou sem força de convicção diante do coro agressivo dos neoliberais.

Reforma fiscal

A ofensiva neoliberal em torno do decisivo tema da reforma fiscal é, neste sentido, sintomática. Diante da aguda crise fiscal do Estado, a reforma delimitará as possibilidades governamentais de alavancar os gastos sociais, investir em setores estratégicos e impulsionar a retomada do crescimento da economia.

Enquanto o ministro Krause, mandatado para centralizar o debate sobre a reforma fiscal com o Congresso, oscila aleatoriamente ao sabor das pressões, como uma folha ao vento, o grande capital bate sem piedade. Defensores da tese do "Estado mínimo", eternos acusadores da "opressão" tributária sofrida pelos donos do capital e da renda no Brasil, os neoliberais - através de seus porta-vozes no Congresso como Benito Gama (PFL), Luís Roberto Ponte (PMDB), Mailson da Nóbrega etc - atacam sem cessar a idéia da progressividade (paga mais quem tem mais renda ou lucro) e erguem barreiras à elevação das alíquotas do imposto de renda ou do imposto sobre a propriedade.

No caso, o grande capital quer avançar sobre posições já conquistadas de fato. Contando com a colaboração da dupla Marcílio/Collor, que sucateou os já precários mecanismos de fiscalização da Receita Federal, o grande capital, os detentores de alta renda e os assalariados classe "A" praticaram níveis recordes de sonegação no último período. A máxima de Mario Amato - "todos somos corruptos" - é uma mera constatação: os grandes capitalistas exacerbaram sob o governo Collor as margens legais da atividade criminosa da sonegação, inclusive questionando juridicamente a cobrança de taxas como o Finsocial.

Agenda "podre"

Onde o imobilismo do governo Itamar mostra-se mais escandaloso é exatamente na sua postura diante da agenda privatizante. Após reiteradas declarações de que iria promover imediata revisão do programa de privatização e dos critérios de sua operação, o governo Itamar curvou-se à pressão dos que o acusavam de "nacionalismo arcaico".

A controvérsia da privatização, para além das diferenças ideológicas ou programáticas dos interlocutores, refere-se

hoje mais a um caso de escândalo para CPI. Contabilizadas as "moedas podres" - cujo valor no mercado é de 55% ou até menos do seu valor de face - e tendo em vista a grosseira subavaliação de seu patrimônio pelo BNDES, a vendada siderúrgica mineira Acesita foi realizada por menos de um quarto de seu valor real. Das dezessete estatais já privatizadas desde o início do ex-governo Collor, apenas cerca de 1,5% de seu patrimônio estimado pelo BNDS foi vendido em troca de dinheiro vivo. Não há exemplo no mundo de privatização tão escandalosa.

Diante de tal situação, o ministério Itamar tem prometido rediscutir no Congresso as regras do programa de privatizações, em particular em seu ponto mais sensível, o uso de moedas podres, além de definir áreas estratégicas (Petrobrás, Telebrás, Eletrobrás) que não seriam passíveis de venda. O ministro Paulo Haddad, em recente entrevista, declarou em tom menor a disposição do governo em exigir pelo menos 10% do valor de venda das estatais em dinheiro vivo - de resto, uma proposta já defendida pelo ex-presidente do BNDS, Eduardo Modiano - e de abrir completamente a possibilidade de controle acionário das empresas privatizadas ao capital estrangeiro.

Dívida e campo

Aquém dos resultados obtidos pela Argentina, México e Venezuela, o acordo da dívida externa firmado pelo ex-ministro Marcílio está exposto a todo tipo de questionamento. As declarações do atual ministro do planejamento tem sido, no entanto, no sentido da intenção de mantê-lo. Além do compromisso de pagamento dos juros da dívida, os termos do compromisso com o FMI - que ainda serão submetidos a votação pelo Senado - não reduzem o estoque da dívida externa. Aqui, apesar da crise falimentar do Estado brasileiro e da devastadora recessão, as intenções do governo Itamar situam-se bem distantes de qualquer dinâmica de soberania nacional.

No que diz respeito aos conflitos agrários e à disposição de realizar iniciativas de reforma agrária, utilizando mesmo as precárias possibilidades legais, a opção do governo Itamar, consubstanciada na escolha do ministro da agricultura, Lázaro Barbosa, parece indicar o caminho conservador. No ambiente de acirrada disputa de votos que precedeu a votação do *impeachment* de Collor, houve negociações do então vice-presidente Itamar com expoentes da bancada ruralista no Congresso. Tais discussões, como foi noticiado na época, referiam-se ao bloqueio sistemático movido pela UDR e outros setores retrógrados à tramitação da Lei Agrária e da Lei do rito sumário, regulamentando artigos da Constituição referentes à reforma agrária.

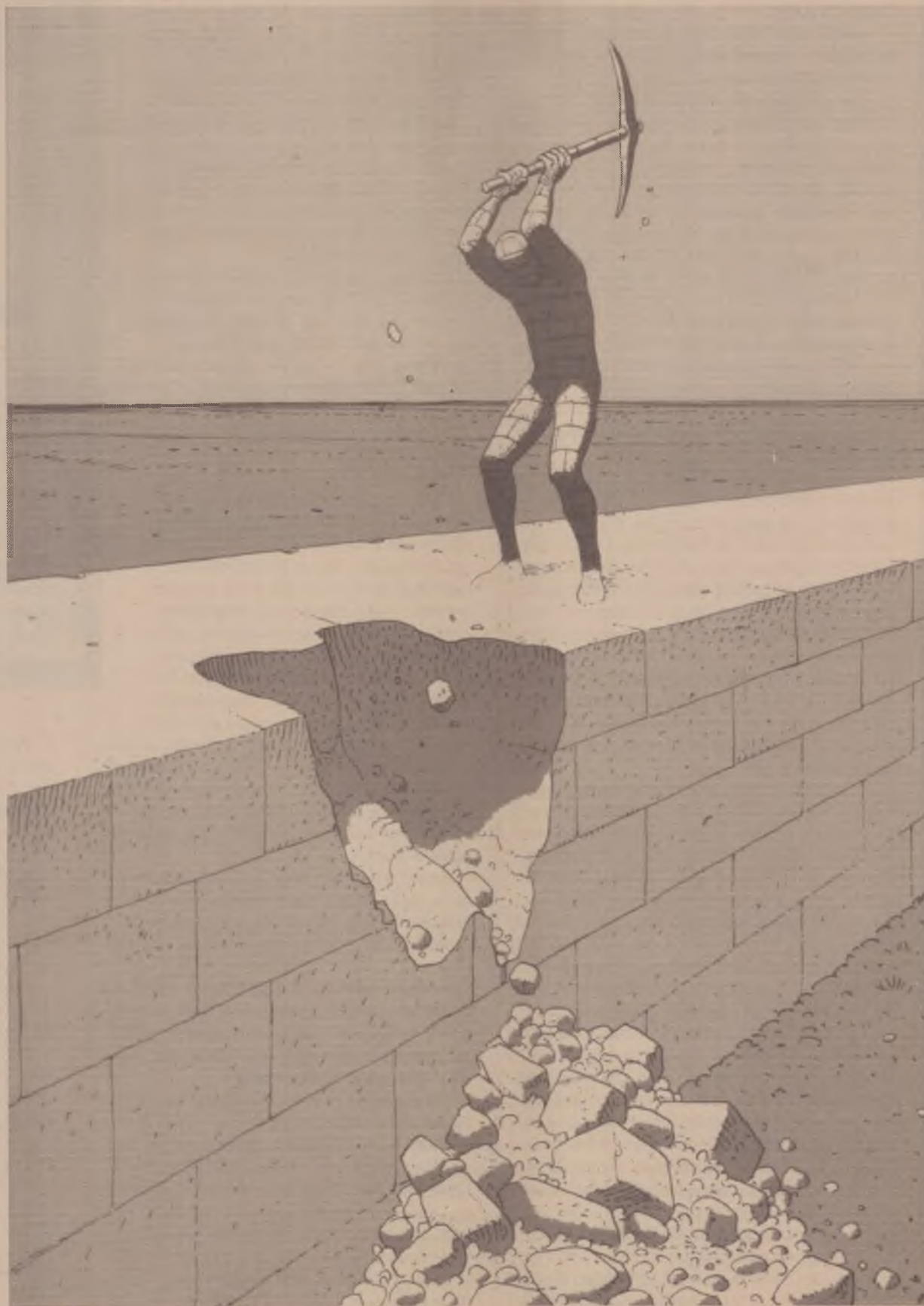
Continuidade do arrocho

Recebendo como herança da gestão arrasadora de Collor uma inflação de 25% ao mês e recordes históricos de desemprego, a tendência inercial do governo Itamar é quando muito apenas atenuar o padrão de arrocho salarial. A "sensibilidade social" da equipe econômica atual tem se revelado até aqui na anunciada disposição de praticar uma política compensatória à recessão - através da injeção de recursos na distribuição de cestas básicas e maior provimento aos fundos para desempregados - e de, a médio prazo, ir reduzindo as taxas de juros à medida em que for sendo equacionado o déficit fiscal do Estado. É muito pouco: enquanto a miséria atin-

ge níveis explosivos, o lucro dos bancos no primeiro semestre deste ano aumentou 55% em termos reais, de acordo com as informações da Austin Asis Consultoria.

Premida pelos condicionamentos conservadores da política econômica, a presença de Walter Borelli no ministério do trabalho pode ir se transformando crescentemente, menos em um elemento de disputa de rumos do governo, e mais em legitimação de opções anti-populares. A sua presença no governo, até agora, não tem ferido - com as iniciativas de maior controle sobre os fundos dos trabalhadores e de proposição de um debate público em torno do contrato coletivo de trabalho - os pontos mais nevrálgicos da opção neoliberal, da qual o arrocho salarial é um dos pilares básicos. É uma situação cada vez mais difícil e acabrunhadora para aquele que é um personagem da luta pela dignidade da classe trabalhadora no Brasil.

A luta contra a farsa da "modernização neoliberal" revela-se, enfim, muito mais árdua, complexa e longa do que a operação de desmontagem da farsa Collor. Pois ela confunde-se com a própria luta do PT para construir a hegemonia dos trabalhadores na cena histórica brasileira. □



Moebius

Qual o impacto que as transformações em curso no capitalismo e o colapso do estalinismo estão tendo sobre as reflexões marxistas?

O impacto é, por enquanto, fundamentalmente negativo. Como tendência dominante, assistimos frequentemente uma decomposição ideológica acelerada. Há uma revisão não só teórica, o que é saudável, mas também política, filosófica e mesmo ética, que dilui os valores fundamentais que justificavam o movimento operário e socialista de inspiração marxista, que esvazia-o de seu conteúdo básico.

Neste campo, temos, de um lado, frequentes tentativas de conciliar o marxismo com o pensamento burguês, com o utilitarismo, com o racionalismo na sua versão individualista, com o positivismo, com o liberalismo político e econômico etc. Isso cobre toda uma gama de fenômenos, desde partidos políticos de massa, como o PDS italiano (ex-PC), até pequenos grupos de intelectuais na Europa e na América Latina (por exemplo, o chamado "marxismo analítico"). Também no Brasil a mistificadora ideologia da "modernização" (nova figura retórica do neoliberalismo), acabou influenciando setores da intelectualidade e da esquerda.

Mas há também, embora esta não seja a tendência dominante, um fortalecimento de posições dogmáticas. Trata-se da reafirmação mecânica de princípios fundamentais do marxismo, do marxismo-leninismo, do trotsquismo etc, recusando qualquer tentativa de refletir sobre a nova realidade, os acontecimentos e as transformações. Reafirma-se uma certa vulgarização marxista. Faz-se abstração de tudo que pode ser fenômeno novo que interroga as teorias estabelecidas. Alguns setores da esquerda buscam certezas simples, dogmáticas, clássicas, verdades monolíticas que não comportam problematizações.

Mas há também um movimento de renovação do marxismo, não?

Sim, há uma certa renovação. Um elemento bastante positivo é a *redescoberta da Escola de Frankfurt*. Há uma valorização, por parte de uma nova geração de intelectuais da Europa, Estados Unidos e América Latina, da crítica que ela faz do paradigma ocidental da modernidade. Isso corresponde a um aprofundamento e radicalização do marxismo, da sua negatividade, que vai no sentido oposto ao da sua diluição e reconciliação com o mundo burguês. O marxismo precisa, para enfrentar os problemas atuais, radicalizar sua crítica da modernidade, do paradigma da civilização ocidental, industrial, moderna, burguesa.

A questão ecológica é outro elemento que está provocando todo um deslocamento de problemática e renovação da visão de mundo do marxismo. Isso é tremendamente importante, impondo o questionamento de uma série de idéias como a de que o desenvolvimento das forças produtivas seria algo em si positivo ou que a dominação do homem sobre a natureza faz parte do projeto de emancipação do trabalho. São idéias que fazem parte da herança da filosofia das luzes e da ideologia do progresso no marxismo, que estão sendo problematizadas.

Isso tem consequências políticas importantes. A crise ecológica que está em curso significa uma ameaça direta para a sobrevivência de todas as formas de vida sobre o planeta e não só para o nosso pequeno mamífero bípede que é o *homo sapiens*. Este é um problema novo, que era alheio a Marx ou Engels. É neste sentido que se coloca a necessidade de revisão, por exemplo, do conceito de forças produtivas, de progresso, da técnica como um aparelho neutro ou a idéia de dominação da natureza. Trata-se de uma revisão necessária, que vai no sentido de radicalizar nossa oposição à moderna civilização industrial, de intensificação da recusa. Há aí inclusive um

Marxismo, modernidade e utopia

Entrevista com Michael Löwy

sentido de urgência; esta civilização está levando a humanidade ao suicídio.

Há uma tese cada vez mais em voga de que o que caracteriza a nova etapa do capitalismo é o declínio do papel do trabalho. Como você vê esta posição?

Há aí dois aspectos. Um primeiro é econômico, com o aumento da composição orgânica - o peso muito maior da ciência, da tecnologia, das máquinas, da robotização, da informatização - e a diminuição progressiva do peso do capital variável, do trabalho assalariado. É um processo que já vem de algum tempo, com a chamada terceira revolução industrial. Mas deduzir disso consequências sociológicas como aquelas apontadas por exemplo por André Gorz - que a classe operária não tem mais papel, de que já acabou - é cair num economicismo. Estas visões confundem a classe trabalhadora com a classe operária de macacão, uma posição cada vez mais anacrônica, e tiram daí consequências políticas bastante perigosas.

Continua existindo uma classe operária bastante numerosa, mas principalmente o capitalismo continua penetrando, numa escala sem precedentes, em inúmeras esferas onde antes ele estava ausente. Mandel tem razão quando mostra que o que está havendo é uma enorme extensão da classe trabalhadora assalariada, daqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho para viver.

O segundo aspecto é que há uma massa cada vez maior de excluídos do sistema. Mesmo na Europa e no conjunto do Primeiro Mundo já há um grande número de marginalizados pelo capital. Os acontecimentos de Los Angeles são reveladores.

Mas o problema se coloca com muito mais força na América Latina e no conjunto do Terceiro Mundo. Hoje é evidente, ao lado do crescimento do proletariado, a existência de uma massa crescente de pobres, de gente excluída de forma permanente ou provisória da produção, do consumo e da própria sociedade. São pessoas vivendo de expedientes, mascates, auto-emprego, prostituição, criminalidade, narcotráfico; tudo isso tende a piorar.

Esta aí um grande desafio não só para a teoria como para a prática emancipadora. O problema é procurar unificar esta massa, que eu chamaria de "pobretariado", com a classe operária organizada.

Em que medida o socialismo também pode ser considerado parte da modernidade industrial, do pensamento ocidental, compartilhando sua visão de mundo, valores e horizonte?

Esta questão é complexa. A idéia do marxismo é que o movimento operário é herdeiro das conquistas mais avançadas da burguesia, do racionalismo, da filosofia das luzes, da própria revolução francesa; ele vai realizar as promessas que não foram concretizadas pelo progresso burguês. Esta idéia é legítima e não dá para entender o que é o socialismo sem esse elemento iluminista. Como diz Ernst Bloch, conceitos como liberdade, igualdade e fraternidade contêm um excedente utópico que vai muito além do horizonte burguês e é o socialismo que vai realizá-lo.



Michael Löwy, 54 anos, é paulista, filho de imigrantes judeus de Viena. Estudou ciências sociais na USP e doutorou-se com Lucien Goldmann na Sorbonne. Iniciando sua militância no Brasil nos anos 50, vive desde 1969 na França. Atualmente é diretor de pesquisas do Centro Nacional de Pesquisa Científica.

Dentre suas obras destacam-se: Método dialético e teoria política. Editora Paz e Terra; Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários. A evolução política de Lukács (1909-1929). Ed. Ciências Humanas; As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. Ed. Busca Vida; Romantismo e messianismo. Ed. Perspectiva; Marxismo e Teologia da Libertação. Ed. Cortez; Ideologia e ciências sociais. Ed. Cortez; Redenção e utopia. O judaísmo libertário na Europa Central. Ed. Cia das Letras.

Por outro lado, existe no movimento socialista e no próprio pensamento de Marx uma visão em que a continuidade entre a civilização industrial moderna e o socialismo é afirmada de maneira excessivamente unilateral. A necessidade de ruptura com esse modelo de civilização não está suficientemente afirmada. O socialismo não é só fazer funcionar de forma mais eficaz e racional, este sistema produtivo, industrial, econômico; não é desenvolver mais as forças produtivas, só que agora através da planificação.

Esta concepção não é suficientemente crítica ao paradigma ocidental da racionalidade instrumental e do sistema de produção tal como ele existe. Um exemplo bastante conhecido disso é o fato de Lenin e dos marxistas terem considerado o taylorismo uma excelente descoberta e introduzido-o na URSS. Havia uma visão pouco crítica em relação ao aparato técnico e produtivo, das relações de produção em seu conjunto, para além da propriedade privada.

Não é só um problema de continuidade do aparato produtivo, mas toda uma questão de civilização: a vida urbana, as relações entre os indivíduos, as relações com a natureza. O problema é saber se o socialismo representa um novo paradigma de civilização ou só um aperfeiçoamento da sociedade atual.

social, ético - que foram destruídos pela modernidade capitalista possam ser restabelecidos, obviamente sob uma forma nova. O próprio Marx fala sobre isso a propósito da comunidade que existiu no passado e que foi destruída pela propriedade privada e pelo capitalismo. O socialismo será uma nova comunidade, mas naturalmente não como a comunidade primitiva. Isso se aplica a outros fenômenos da vida social e cultural.

Mas isso não é contraditório com o pensamento socialista, que é iluminista, cientificista, desencantador, desmistificador do mundo? E o capitalismo não dissolveu praticamente os valores que dão um sentido de comunidade à existência humana?

O socialismo é herdeiro do racionalismo e do iluminismo, mas também da crítica romântica da filosofia das luzes e da modernidade. Estes dois componentes estão presentes no pensamento socialista. Ernst Bloch tem razão ao dizer que existe dentro do marxismo duas correntes: uma corrente fria, a análise racional, implacável, científica, objetiva, do que é o capitalismo, de como funciona o sistema, quais são suas contradições; e outra que ele chama de corrente quente, a do princípio esperança, da utopia, do reencantamento do mundo. São duas dimensões igualmente necessárias e complementares. Existe uma tensão entre elas, mas é uma tensão dialética, positiva, que tem que ser permanentemente gerida pelo marxismo para evitar que ele se afogue no cientificismo positivista ou caia num sentimentalismo romântico.

Concretamente, em relação ao elemento comunitário, a lógica do capitalismo é a lógica de atomização, destruição dos vínculos comunitários, isolamento do indivíduo, glorificação da separação, do egoísmo, do interesse utilitário. Não é só a ideologia mas o próprio funcionamento do sistema que opõe os indivíduos uns aos outros. Volto ao exemplo do automóvel. Basta entrar em uma avenida para que o indivíduo, qualquer que seja sua subjetividade, entre numa guerra de todos contra todos.

Mas existem pontos de resistência. O próprio movimento operário em sua origem colocava-se como uma alternativa comunitária ao individualismo, baseada em valores de solidariedade, coletivos, recriando concretamente relações comunitárias. Era o caso, por exemplo, dos sindicatos que permitiam que se estabelecesse uma relação mais profunda, humana entre os trabalhadores de uma mesma fábrica. Ou mesmo da organização revolucionária em seu tipo ideal. E, nos dias de hoje, das comunidades de base da Igreja, associações de bairros, núcleos de mulheres, movimentos culturais, que buscam constituir-se em alternativas comunitárias ao individualismo capitalista.

Estas estruturas comunitárias se apoiam, pelo menos parcialmente, dependendo dos países e das tradições, em hábitos mentais ou elementos da memória comunitária anterior, referindo-se a tradições pré-modernas, pré-capitalistas, principalmente rurais. No Terceiro Mundo onde a maior parte da população é de origem rural, este

potencial comunitário pode ser reavido pelos sindicatos, partidos, associações de moradores, movimentos de base. Estas entidades ou movimentos não devem ser simplesmente uma associação em função de certos interesses comuns; são isso, mas tem que ser mais, tem que estimular relações de tipo comunitário, relações solidárias.

Mas há um retrocesso da contra-cultura operária. E o capitalismo vai esgarçando as referências a formas de vida pré-capitalistas. No Brasil, em uma ou duas gerações, isso desaparecerá.

É verdade. Mas o próprio funcionamento do capitalismo vai provocando, como uma reação contra a atomização, a busca de comunidade. É claro que essa busca muitas vezes dá errado. Esta é uma das razões do enorme sucesso das seitas protestantes na América Latina, que oferecem uma acolhida comunitária ao indivíduo abandonado neste deserto urbano, onde ele se sente parte de alguma coisa. Dependendo de nós ofereceremos outras alternativas.

Qual o desafio posto para o restabelecimento de um projeto socialista e um horizonte utópico dotado de credibilidade e peso necessários para referenciar a transformação social?

Marx e Engels viveram numa época em que o problema da utopia parecia algo anacrônico; tratava-se então de desenvolver as contradições do capitalismo, de luta de classes. Isso continua justo, mas hoje em dia não estamos mais numa situação em que possamos dizer: "não sabemos o que vai ser o socialismo". Não podemos manter esta atitude com a carga pesadíssima de setenta anos de "socialismo real".

A credibilidade do projeto socialista exige de nós a produção de um paradigma atraente do socialismo que queremos, explicando porque ele não tem nada a ver com o chamado socialismo real. Para retomar Ernst Bloch, hoje o socialismo científico tem também que ser utópico, num sentido quase etimológico, daquilo que não existe ainda em lugar nenhum.

Para que nossa proposta seja credível, ela tem que explicitar o que é essa coisa que nós chamamos socialismo, no que ele se distingue de uma variante mais humana do capitalismo e do pseudo-socialismo real, porque vale a pena lutar por ele, arriscar a pele. Devemos esta explicação aos nossos militantes, aos trabalhadores, às mulheres, aos jovens. Sem utopia revolucionária não haverá prática revolucionária. Precisamos, então, avançar neste terreno.

Não partimos do zero, evidentemente. Existe todo um capital acumulado pelo próprio marxismo que temos que desenvolver. Há também as experiências históricas, seus limites, seus erros, toda nossa discussão sobre a democracia socialista na transição ao socialismo etc. Mas temos que ser bastante abertos e estarmos dispostos a aprender com outros, como os socialistas utópicos, os socialistas heterodoxos, os anarquistas. São idéias e experiências importantes para a discussão do socialismo que queremos. Isso além dos novos problemas colocados como a questão ecológica ou o feminismo. Precisamos começar a elaborar - seja sob forma programática, seja na forma literária - especulações, reflexões, projetos, sonhos acordados, como diz Bloch, do que poderia ser um futuro socialista.

É importante aí retomar a dimensão utópica de algumas idéias do marxismo, por exemplo, a de que no socialismo a produção de valores de uso e não de valores de troca; esta é uma idéia que tem um potencial utópico muito forte. O que significa isso para a produção, para o consumo? O problema é sair de um postulado e tentar ver a coisa de outro totalmente diferente. E, finalmente, reconhecer que não temos resposta para tudo, que em algumas questões estamos tateando. □

Impasses que se prolongam

GUSTAVO CODAS

O arrefecimento do movimento grevista, o aumento acelerado da produtividade da mão-de-obra industrial a nível nacional pelo segundo ano consecutivo, o enfraquecimento das entidades sindicais (cada vez menos capazes de auto-organização e mais dependentes de taxas compulsórias e do monopólio de representação legal), uma acomodação do movimento à política salarial do Collor (que zera quadrimestralmente a inflação das faixas menores) desestimulando campanhas salariais tipo “feijão com arroz”, o despreparo sindical para enfrentar a pauta empresarial de “qualidade e produtividade”, etc. constituem um conjunto de problemas que nosso movimento arrasta por mais de dois anos - e que não tem encontrado respostas nos debates feitos nas e entre as correntes sindicais da CUT.

Este conjunto de impasses são a causa mais profunda do descompasso que se viveu na campanha do “Fora Collor”. De um lado, a CUT ganhou “visibilidade” por se tratar de uma das poucas entidades com implantação nacional, com capacidade de articulação junto a outros setores, por ser identificada pela opinião pública como medularmente anti-Collor, abafando a Força Sindical e Medeiros no cenário nacional; de outro lado, não

houve uma intervenção organizada do movimento sindical no movimento cívico, de rua, “pela ética” e pelo “Fora Collor”.

As derrotas do movimento sindical no enfrentamento da

agenda neoliberal e da política econômica ortodoxa nesses dois anos de governo Collor, mesmo não tendo tido um volume de *derrota geral ou definitiva*, encolheram o movimento sindical cutista a uma postura de buscar “sobreviver” à tempestade neoliberal - e conseqüentemente, retomar a iniciativa *depois*, um pouco nos moldes do período 1981-83.

Aí residiu a dificuldade permanente de vincular o “Fora Collor” ao “Fora programa neoliberal” ou “Fora o desemprego”. De fato, este segundo movimento, de rejeição ao projeto conservador não esteve na rua.

Organizativamente, o movimento sindical não participou desse processo enquanto movimento classista, mas enquanto movimento cívico, de cidadãos indiferenciados de outros que tem outras pautas. Daí que também não soube aplicar “seu método”, a greve.

No entanto, a conjuntura deixou um saldo fundamental no movimento: a derrota política da “Força Sindical”, que ancorada política e financeiramente no Planalto, ficou exposta como uma “central chapa branca”, com alta rejeição na opinião pública. Porém, para tirar proveito completo da derrota do sindicalismo burguês nesta conjuntura, o movimento sindical cutista esbarra na falta de um balanço de seus impasses.

Se a CUT esteve *atrasada* mesmo em relação a aliados “cívicos” na jornada do *impeachment* (OAB, SBPC, imprensa etc), não é aí que reside o principal da fraqueza do movimento sindical na conjuntura, isto é, a explicação do divórcio entre “Fora Collor” e “Fora desemprego” ou a timidez operária no dia 29.

Enfrentar os impasses estratégicos do nosso movimento é tarefa urgente. E o momento é agora, quando o projeto neoliberal sofreu sua primeira grande derrota com o *impeachment* de Collor.

O ponto de partida é um balanço a fundo do nosso movimento. Aí estão as pistas para reverter o abandono do sindicato pelo trabalhador que está sofrendo no “chão da fábrica” as novas estratégias patronais de gestão da mão-de-obra; para tirar os dirigentes sindicais classistas do acomodamento à máquina sindical que se financia a revelia dos trabalhadores graças ao “monopólio de representação”; e reverter o quadro de dispersão de uma militância classista e revolucionária que em número cada vez maior “volta à vida privada” como oposição à “militância política”, que desilude porque é montada sobre miragens. □



Julio Fragoso

O lado de cá da contradição

Um dos principais intelectuais orgânicos do movimento sindical atual, Walter Barelli, é o ministro do trabalho. Tradicionalmente uma pasta secundária na montagem ministerial, a indicação causou arpejos no meio empresarial. Barelli é identificado, e com razão, como um dos arautos da luta contra o arrocho salarial das últimas duas décadas, pelo salário mínimo decente, contra os planos econômicos dos anos 80 e contra o projeto neoliberal.

De outro lado, as primeiras sinalizações deste governo indicam que nada de fundamental do que já foi montado e estiver em andamento será mudado a curto prazo. Assim, o acordos da dívida externa, pagamento da dívida pública interna, cronograma de privatizações, ritmo e critérios de abertura para o mercado internacional, política salarial etc. constituem um conjunto de parâmetros rígidos nos quais o governo Itamar optou por transitar. Mas são justamente os parâmetros neoliberais e da política econômica ortodoxa!

Para manter sua trajetória, Barelli deverá optar entre questionar esses parâmetros, agudizando contradições internas do governo, ou se dobrar a essa “rigidez” jogando a contradição no seio do movimento sindical.

Enquanto o período é de expectativas e acomodações, o novo ministro deu sinais que não busca o enfrentamento imediato. Na montagem de sua pasta optou “na média” por um perfil “à direita” da média do movimento sindical mais atuante.

Construindo um perfil de estadista, sinaliza também que como nos tempos do DIEESE buscará manter-se equilibrado no fogo cruzado das grandes correntes centrais do movimento sindical. De outro lado, é enxergado por dirigentes sindicais como um aliado no Planalto, e as sub-seções do DIEESE nos sindicatos já estão sendo ativadas pelos sindicalistas na esperança de fazer lobby corporativo junto ao ministério.

Nas suas primeiras manifestações, Barelli enfatizou a discussão sobre modernização das relações capital-trabalho e contrato coletivo de trabalho. Propôs a formação de um Conselho Nacional do Trabalho, instância onde governo, Congresso, trabalhadores e empresários discutiriam propostas sobre a área.

Sua tendência é trabalhar questões estruturais (da relação capital-trabalho) e adiar questões emergenciais (política salarial, estabilidade no emprego, salário mínimo etc.). Só isto colocará muitas contradições para a CUT, interessada nas duas coisas.

Para sair do emaranhado em que se encontra, o movimento sindical não tem outra via senão checar o governo Itamar na prática, construindo as mobilizações dos trabalhadores pela pauta emergencial e disputando as reformas estruturais. Só assim faremos que Barelli seja - se manter sua trajetória - uma contradição para o governo Itamar, e não uma contradição para o movimento sindical classista. □ (G.C.)

A presença de Barelli no ministério pode ser uma contradição para o governo ou para o movimento sindical.

Nova conjuntura, novas tarefas

MIGUEL ROSSETTO

A Executiva Nacional da CUT, reunida nos dias 8 e 9 de outubro, deliberou sobre a posição da Central frente à nova conjuntura e o governo Itamar. Esse posicionamento está crivado de interrogações devido às próprias dificuldades que vem atravessando o movimento sindical no último período (*ver matéria ao lado*). No entanto, podemos ressaltar alguns aspectos que definem o perfil da intervenção da CUT.

Em primeiro lugar, foi consensual a rejeição a qualquer idéia de "trégua nacional". Isto é, para a CUT na sequência da vitória do *impeachment*, a luta continua na forma da disputa pelas reivindicações básicas do movimento sindical (definidos na Plenária Nacional e na Executiva Nacional que a seguiu - *ver no box a formulação atual*).

Esta combinação de rejeição da trégua e recolocação das reivindicações é fundamental para evitar que a CUT caia nas armadilhas do *compromisso com a governabilidade*. Houve uma compreensão do que o novo governo tem de continuidade do anterior (compromisso com o programa neoliberal e a continuidade da política econômica), assim como das contradições que enfrenta desde o momento de sua montagem (um leque partidário conflitivo, indicações de base questionável, pressão da opinião pública para resolver problemas urgentes etc).

Há um espaço aberto para uma intervenção decidida do movimento sindical. Um dos pressupostos da aplicação do programa neoliberal é a capacidade de governar ofensivamente (contra o movimento operário e contra setores residuais do capital). Essa capacidade em países como Argentina e México veio do fato que o partido de governo tinha grande poder de manipulação do movimento operário, pela raiz populista histórica; no Brasil, pelo fato de Collor ter sido eleito "por cima" dos esquemas políticos tradicionais, isto é, pela sua "capacidade de agir independentemente" (definindo quais setores do capital seriam beneficiados/prejudicados na reestruturação, e uma pauta agressiva contra o movimento operário).

Este tipo de *governabilidade* acabou no governo Itamar. Agora, as contradições que se abrem são também possibilidades para uma ação mais incisiva do movimento sindical. Porém, aqui entram os impasses de longa duração do movimento sindical. Estes se manifestaram no fraco desempenho na "paralisação cívica" do dia 29 de setembro. E passam a se manifestar agora nas confusões táticas do "como" fazer frente ao governo Itamar e a nova conjuntura. De fato, a Executiva Nacional da CUT definiu consensualmente (por todas as correntes) que um ponto da tática é "pedir uma audiência com Itamar". E também apresentar uma pauta abrangente, contendo pontos emergenciais. Porém, desse patamar de definições decorre uma escassa interlocução com as bases da Central, com as campanhas salariais em curso, com as campanhas de resistência contra as privatizações, mesmo que tudo isso esteja no bojo das reivindicações.

Assim, a presente conjuntura abre possibilidades para a intervenção do movimento, ao mesmo tempo que expõe suas fraquezas. Diferentemente do período do governo Collor onde o movimento foi jogado na defensiva, agora, ao contrário, abre-se um período onde a capacidade de intervenção do movimento pode ser retomada frente a perda de governabilidade do projeto neoliberal e sua política econômica ortodoxa.

Trata-se de uma possibilidade. Ela tem que ser construída. Pelo acúmulo histórico de forças do movimento sindical cutista é possível construí-la. Essa é a nossa tarefa imediata. □

Miguel Rossetto é membro da executiva nacional da CUT.



Julio Cesar Fogaça

Reivindicações

As prioridades da CUT para o enfrentamento emergencial da crise brasileira destinam-se tanto ao novo governo como à sociedade e em especial aos trabalhadores. Representam a antítese do que foi a política collorista. Visam o crescimento econômico, a distribuição de renda e o fortalecimento da democracia. Incluem:

1. Reajuste mensal dos salários de acordo com a inflação e reposição das perdas salariais.
2. Reajuste mensal acrescido de 5% para o salário-mínimo visando recuperar o poder aquisitivo dos trabalhadores de renda mais baixa.
3. Garantia no emprego e salário-desemprego visando aliviar os custos sociais da recessão.
4. Suspensão das privatizações e revisão dos leilões já efetuados tendo em vista a suspeita de que seguiram parâmetros econômicos e éticos no mínimo questionáveis.
5. Assentamento das famílias sem-terra das ocupações e acampamentos; ratificação presidencial imediata dos processos de desapropriação já concluídos.
6. Fim da recessão e retomada do crescimento econômico com ênfase na geração de postos de trabalho.
7. Apuração e punição dos escândalos de corrupção "doa a quem doar".
8. Democratização e transparência na gestão pública.
9. Democratização dos meios de comunicação de massa; mudança do sistema de outorga de concessões de rádio e televisão.

Prazer e liberdade

FERNANDO KINAS E MARINA WILLER

O historiador Isaac Deutscher proferindo um discurso sobre o *Homem Socialista* conta que um camponês da sua terra natal, a Polônia, “havia comprado um velho automóvel e insistia em atrelá-lo a seus cavalos”. Esta situação emblemática revela as tentativas desesperadas e ingênuas utilizadas para garantir a sobrevivência de modos de vida, hábitos e costumes, ainda que eles não nos sejam necessários ou adequados.

A discussão sobre a descriminalização das drogas mergulha nestas controvérsias e temos a impressão que os cavalos de um raciocínio conservador, enrijecido pela disciplinarização do prazer, atrelam-se impiedosamente ao veículo de uma época que procura o pluralismo sócio-cultural e a democracia política.

Hipocrisia

Bush pode invadir Granada e o Panamá, jogar bombas sobre a Líbia e o Iraque e matar milhares de pessoas sem que o estatuto de “criminoso” sequer seja mencionado. No entanto, um jovem que fuma baseado numa festa é um criminoso! Ou ainda: o consumo de álcool pode levar à dependência física e psíquica, mas os alcoólatras podem embriagar-se ou causar graves acidentes sem que nenhuma campanha seja movida pela criminalização do seu uso. Ao contrário, o consumo é estimulado. O tabaco também causa graves problemas à saúde. Mas a frase de rodapé “O Ministério da Saúde adverte: fumar é prejudicial à saúde” não é nada persuasiva no combate a este vício.

A solução, então, seria criminalizar todas estas práticas sociais? Nesta hipótese estaríamos colocando cavalos para puxar o automóvel. Isso seria inaceitável. Mas a questão principal remete aos objetivos e motivações que estão por trás das criminalizações. E não apenas da maconha e outras drogas, mas de práticas sociais como o adultério e o aborto.

Setores considerados progressistas são muito resistentes à esta discussão, e não raras vezes afirmam posições contrárias à descriminalização e a futilidade do assunto. Afinal, o povo passa fome e essas seriam preocupações pequeno-burguesas, coisa de classe média ociosa.

Contra a normatização

O primeiro passo é reconhecer a importância e a legitimidade do debate sobre os problemas da subjetividade, da repressão cultural, dos hábitos privados e do cotidiano. Exemplos como os do leste europeu e de Cuba escancararam as debilidades de um modelo social que vai até certo ponto, deixando de lado a sexualidade, preconceitos e drogas. A luta contra a homogeneização e as normatizações arbitrárias começa desde já.

A compreensão dos problemas envolvidos na descriminalização da maconha, do haxixe e outras substâncias similares depende do esclarecimento de alguns pontos.

Preliminarmente, uma questão básica para um movimento político que se pretende libertário: não cabe ao Estado normatizar a vida dos indivíduos naquilo que não atenta contra os direitos e a liberdade de outros indivíduos. Neste caso, comportamentos, hábitos e práticas dos cidadãos e cidadãs só dizem respeito a eles. Esta é uma “desregulamentação” e redução do papel do Estado progressista, mas que o neoliberalismo não aceita e que os socialistas devem defender, superando uma tradição estatista equivocada.

Depois, cabe lembrar que muitos defendem a repressão destas práticas sociais a partir dos valores e crenças que a elas estão associados, e não ao fato em si.

Por exemplo: no interior de alguns estados brasileiros, como é o caso do Maranhão e Pernambuco, os trabalhadores do campo fumam cigarros de maconha depois da jornada de trabalho. A maconha é uma espécie de remédio e relaxante, indicada até para dores de barriga. Já o consumo que se disseminou a partir dos anos 60 na juventude urbana é muito diferente. Ele está relacionado à contestação e à rebeldia. Os *maconheiros* desestabilizam a ordem quando contestam valores fundamentais para o sistema, como o trabalho, o respeito às autoridades e os procedimentos morais. Portanto, os valores e as fantasias associadas ao consumo da maconha determinam a repressão ou a tolerância.

Produtivismo e repressão

O Estado incrimina e penaliza o consumo para manter o *status quo* social. É interessante lembrar que a repressão ao uso de drogas esteve sempre ligada às camadas populares. Ela insere-se numa longa tradição de repressão à manifestações e práticas dos setores empobrecidos ou marginalizados. É bom lembrar que a umbanda foi criminalizada até bem pouco tempo. E que a vadiagem também sempre foi alvo de criminalizações. O aparato jurídico e policial procura eliminar as práticas que não afinam com os objetivos do capitalismo. Produção e reprodução, nada de prazer! Quando os jovens, além de fumarem maconha, abandonam suas famílias, as perspectivas de um trabalho “sério”, portanto “produtivo”, e partem para outros caminhos, bem... isto é muito ameaçador. Está aí uma motivação ideológica importante para a criminalização do consumo da maconha. Não queremos uma sociedade super-regulada e lutamos pela diversificação das práticas cotidianas (a homossexualidade também foi considerada crime). Se a “normalidade” e o “equilíbrio” são indesejáveis, quando significam estagnação e conservação (a famosa “paz nos cemitérios”), é evidente que as descriminalizações de certas práticas constituem uma conquista da sociedade.

Criminalização e corrupção

Há poderosos interesses econômicos envolvidos. De fato, a criminalização da maconha está sujeita aos interesses de grupos ou setores que se beneficiam da situação atual e de outros que poderão se beneficiar com a eventual descriminalização ou legalização. É bastante claro hoje que a criminalização favorece a corrupção e que o negócio das drogas ajuda a sustentar o degradado sistema policial e jurídico do país.

Países europeus conseguiram avançar nesta questão. A Holanda permite o uso de maconha para consumo privado e ela é vendida livremente em lugares públicos. E não parece ser um país em franca decomposição. A França e a Alemanha também avançaram na tolerância em relação às drogas.

Não devemos, por outro lado, fazer a apologia do uso da maconha. A falsa oposição *careta versus doidão* só prejudica o debate. Nós estamos falando de liberdade, de democracia, e não de novos dogmas do tipo “a maconha faz bem” ou quem não cheira não tá com nada”. Esta seria uma forma igualmente violenta de repressão e de intolerância.

A discussão no PT

O PT tem o mérito e a vantagem inegável de ter desde a fundação colocado estas questões desde a sua fundação, na ordem do dia. Já em 1982 a candidata a vereadora Catarina Koltai levantava e agitava a bandeira da descriminalização da maconha. Foi processada e absolvida pelo “crime”.

Agora, nas eleições municipais, dez anos depois, esta discussão voltou a ser objeto de polêmica no PT de Curitiba. Houve reações violentas, esbravejamentos, sensibilidades ofendidas, ameaças de comissão de ética e caras viradas, mas pouca, muita pouca discussão sobre o tema.

Desta vez não houve processo, a sociedade com certeza caminhou e a luta ideológica está mostrando seus frutos. Mas não podemos dizer que o partido tenha uma posição firme sobre o tema. O debate está, no fundamental, por ser travado.

Para concluir, não nos eximimos de fazer uma provocação construtiva: e o PT? Será que ao contrário de pôr dois cavalos para puxar o automóvel, agora não está colocando apenas um? □



Democratizar a UNE

DARLAN MONTENEGRO

O movimento de massas que derrubou Collor e teve na juventude sua vanguarda recoloca a discussão: a UNE não correspondia às características de uma entidade de massas? A UNE passa, como entidade símbolo desse movimento a ser um órgão verdadeiramente representativo? Reestabelece-se o vínculo entre o estudante e as entidades gerais? Infelizmente, a resposta é não.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a UNE não é a grande responsável pela deflagração desse movimento que tem como significado a retomada, por parte da juventude, do seu papel de agente político na luta pela democracia. Esse resgate vem de quatro ou cinco anos, quando a rebeldia individualizada e o inconformismo pulverizado do jovem começam a ser canalizados para questões mais amplas. A importância das entidades estudantis nesse processo de tomada de consciência deve ser relativizada.

Talvez, o crescimento dos partidos de esquerda, especialmente do PT deva ser visto como um fator ainda mais importante nesse processo. A juventude que foi às ruas mal tinha conhecimento da existência da UNE, até a exibição de "Anos Rebeldes", mas todos conheciam o PT e a maior parte tinha nele o seu principal referencial nas questões de política nacional. A ida de Lula ao segundo turno em 89 e a consolidação do PT como referencial político de massas são elementos fundamentais para explicar a sua ida às ruas. Esse fato deve servir de base para a reflexão do conjunto do partido que, historicamente tem dado pouca importância ao trabalho de juventude, permitindo que setores atrasados, como o PC do B e o MR-8 capitalizem um movimento do qual o nosso partido é o principal referencial. Nesse sentido, a discussão acerca da criação de uma juventude petista ganha especial relevância. O PT deve assumir, de forma real, o seu lugar de referencial da juventude de esquerda no Brasil.

Em segundo lugar, devemos lembrar que pouco ou nada da estrutura viciada das entidades mudou ao longo do processo de luta pelo impeachment. A inexistência de fóruns descentralizados do movimento e o respeito excessivo à hierarquia das entidades impede a absorção de grandes massas de estudantes para o trabalho cotidiano do movimento. A UNE cai no paradoxo de ter se tornado um importante referencial de massas e, ao mesmo tempo, continuar incapaz, devido ao seu caráter e sua estrutura centralizadas, de dar organicidade ao conjunto dos estudantes que buscam novas formas de atuação, após a ressaca da vitória.

Embríões

Para evitar que a UNE volte ao estado vegetativo no qual vinha sobrevivendo até bem pouco tempo, é necessário que uma nova dinâmica e um novo caráter se imponham à estrutura da entidade. Um organismo capaz de se tornar referencial para centenas de milhares de estudantes nas ruas de todo o país não pode continuar a ter os seus rumos definidos entre quatro paredes pela seleta composição de sua executiva. É necessário que as decisões passem a ser tomadas de forma descentralizada, através da construção urgente das UNEs regionais, da retomada dos fóruns oficiais do movimento nos estados e da criação de mecanismos menos formais de participação estudantil, como plenárias abertas e comissões por região (essas últimas especialmente no caso dos secundaristas). A massa de estudantes interessados em participar não pretende subordinar a sua atuação a pretensos representantes que não elegeram e não viu serem eleitos. Descentralizar e democratizar a estrutura da entidade devem ser as nossas palavras de ordem. O caráter eminentemente libertário e anárquico que tomaram as manifestações de rua é o retrato da juventude que as realizou.

A UNE não pode continuar a ter os seus rumos definidos pelas cúpulas partidárias e nem a ver seus dirigentes escolhi-

dos por inaceitáveis 1200 delegados de um congresso bem pouco representativo do momento político que viveríamos logo depois. Que presidente da UNE pode bater no peito (insuflado pela mídia burguesa) e se dizer representante do maior movimento estudantil de massas do país se a chapa por ele encabeçada foi eleita com apenas 600 votos?!

Por outro lado, os projetos de reestruturação e modificação do caráter da entidade que vimos apresentando têm permanecido como uma discussão restrita à cúpula da militância petista, sem ganhar um corpo mais consistente no seio dos estudantes. Para que venhamos a transformar a UNE, é necessário que nossas propostas atraiam o conjunto dos estudantes para a luta pela democratização da entidade. Devemos estabe-



Fernando Estima

lecer, no interior do PT, uma discussão imediata dos pontos mais importantes que pretendemos levar ao próximo congresso da UNE e começar a trabalhá-los desde já, junto aos estudantes de todo o país, com o objetivo de criar base real de massas para a sustentação dessas propostas. A UNE, como está, não serve aos interesses dos estudantes.

Diretas

A hora é de democratizar radicalmente a estrutura da entidade. Democracia radical significa efetivar a participação das executivas de curso (órgãos que se mostram mais representativos da sua base que a própria diretoria da UNE), através do seu voto nos Conegs; significa abrir o espaço real de intervenção que o movimento de mulheres universitárias começa a ter; significa acabar com o presidencialismo arcaico que vigora na diretoria da UNE e estabelecer um colegiado dirigente.

Significa, especialmente, deflagrar uma grande campanha de massas pela realização de eleições *Diretas na UNE*, já para a próxima gestão. O movimento pró-diretas representa, hoje, o que há de mais urgente, no sentido de demarcar o campo que divide as posições no interior da UNE e reverter a correlação de forças em favor de quem defende a sua democratização.

Para manter o seu papel de principal referencial de massas da juventude, nossa entidade deve mudar substancialmente o seu caráter centralizador, abrir-se para a participação não subordinada de todos os tipos de manifestações políticas e culturais, assumindo as feições de uma grande federação que congregue os diversos tipos de manifestação política sintonizando-se com os setores libertários e questionadores da juventude. □

É hora de democratizar radicalmente a UNE. A campanha por eleições diretas na UNE deve ser levada a todos os estudantes.

A ROTA pode te pegar!

ELISABETH BURIGO

"Chegou a morte" foi o grito de guerra que deu início ao massacre do Carandiru. Não precisava. O anúncio de tragédia chegou com as tropas de choque. Nas ruas ou nas prisões, a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar), da polícia militar do estado de São Paulo, chega para matar.

Poucas semanas antes do massacre - ocorrido no dia 2 de outubro, véspera de eleições - foi lançado em São Paulo o livro

Rota 66 - a história da polícia que mata, pelo jornalista Caco Barcellos. O relato de Caco, resultado de quase vinte anos de investigação, mostra surpreendentes (ou não?) semelhanças entre a ação cotidiana desse setor da polícia militar e a chacina da Casa de Detenção.

Atirar primeiro, perguntar depois

O número de mortos maior que o de feridos é uma marca da ação da ROTA. A encenação de socorro, com transporte de mortos a hospitais, é outro traço típico. No caso do Carandiru, o objetivo era também o de criar a versão de oito mortos, desmentida apenas ao final das eleições do dia 3. No dia-a-dia da ROTA, o transporte de cadáveres dificulta a investigação sobre as mortes. O menor José Lázaro era dado como morto quando chegou ao Pronto Socorro de Diadema. Quando os enfermeiros perceberam que estava vivo, os policiais reagiram: "É bandido, deixa morrer".

A controvérsia sobre a posse de treze armas de fogo pelos presos também não é novidade. Os agentes penitenciários e o próprio ex-diretor da Casa de Detenção afirmaram não terem visto as armas de fogo que foram "encontradas" pelos policiais. Em vários dos casos relatados

por Caco Barcellos, foram apresentadas armas para justificar as versões de "tiroteio". No caso que dá o nome ao livro, da Rota 66, a falsificação sobre a propriedade dos revólveres foi a prova apresentada pelo Ministério Público contra os policiais.

Personagens conhecidos

O capitão Wanderley Mascarenhas, que chefiava o GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais) no dia do massacre, é o quinto colocado na lista dos que mais matam, tendo seu nome envolvido em 34 assassinatos. Dedicado à repressão a rebeliões em presídios, foi acusado por cinco mortes na Casa de Detenção em 1982, e envolvido em seis mortes no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. O tenente-coronel Edson Faroro, que comandava o 2o Batalhão de Choque, foi integrante da equipe do DOI-CODI nos anos 70.

O coronel Ubiratan Guimarães, que ordenou a invasão, esteve envolvido na execução de quatro homens em 1982. Na sua trajetória pela ROTA, acobertou os crimes praticados por vários policiais, em especial os de seus colegas Conte Lopes e Antonio Bezerra da Silva.

Conte Lopes, o terceiro colocado na lista dos "dez mais", é hoje deputado estadual. Da tribuna da Assembleia Legislativa, Conte Lopes ameaça o governador Fleury, prometendo apresentar testemunhas de que a ordem do massacre partiu do governador, numa evidente chantagem para bloquear as investigações sobre o massacre.

Herança macabra

A militarização das polícias estaduais é uma herança deixada pela ditadura, elemento importante da estrutura repressiva. A Polícia Militar de São Paulo foi criada em abril de 1970. Sua constituição prepara a oficialização da OBAN (Operação Bandeirantes) através da criação do DOI-CODI, em junho.

Por decreto presidencial, os DOI-CODI, estruturas do Exército, detinham o comando sobre todos os organismos de segurança em sua área de jurisdição. Segundo o próprio Major Brilhante Ustra, dos 250 efetivos do DOI-CODI de São Paulo apenas 40 eram do Exército. Veículos, combustível e outros recursos da polícia estadual eram amplamente usados.

A ROTA, considerada elite da corporação, foi criada em outubro do mesmo ano, visando a repressão à guerrilha. Seus métodos atuais copiam os métodos usados naquele período. Como é comum hoje, as versões de fuga e tiroteio eram usadas para justificar fuzilamentos sumários dos militantes de esquerda, como no caso de Joaquim Alencar Seixas, morto na prisão em abril de 1971, ou de Carlos Marighella, assassinado pelo DOPS numa emboscada, em 1969.

Outro procedimento herdado desse período é o ocultamento da identidade da vítima. Na pesquisa realizada por Caco Barcellos, foram registradas 1300 mortes noticiadas pela imprensa como sendo de desconhecidos, entre abril de 1970 e junho de 1992. O ocultamento da identidade dos mortos, assim como na repressão à esquerda, auxilia na falsificação dos laudos médicos, evita o acesso dos familiares ao corpo; contribui, também, para a versão de que o morto era um "bandido perigoso", como noticia a imprensa. O enterro como indigente é o momento final desse processo de ocultamento dos corpos. Não por acaso, Caco Barcellos teve um papel decisivo na abertura da vala clandestina do cemitério de Perus.

Terror entre os pobres

A ROTA herdou da repressão à esquerda o papel de defesa da "ordem" através da instalação do terror. Ao contrário do que se apregoa, a ampla maioria de suas vítimas não praticaram violência física. Num conjunto de 3523 vítimas da PM identificadas, apenas 157 eram homicidas; 24 eram latrocidas (mataram para roubar); e apenas dez eram condenados por estupro. A ROTA não lida com "bandidos perigosos". Entre as vítimas condenadas por crimes, o maior número é o de assaltantes (657), e depois vêm os ladrões (448). Mas a ROTA não se ocupa de assaltos a bancos, do tráfico de drogas ou dos grandes roubos, que exigem a intervenção da polícia civil.

A punição aos pequenos ladrões é o pretexto utilizado para fazer valer o "toque de recolher" na periferia e mostrar "quem

Francis Picabia



Radiografia

Ao começar a fazer este livro, meu objetivo era denunciar a ação de matadores oficiais contra os civis envolvidos em crimes na cidade. O balanço final do meu trabalho, em junho de 92, acabou surpreendendo a mim mesmo. Os criminosos não representam a maioria entre as pessoas mortas pelos policiais militares. O resultado de minha investigação, que abrange a maior parte dos civis mortos pela PM de São Paulo é constituída pelo cidadão comum que nunca praticou um crime: o inocente.

O resultado do confronto do nosso banco de dados com os arquivos da Justiça Civil revela que 65% das vítimas da PM que conseguimos identificar eram inocentes. Havíamos levado ao cartório de distribuição criminal as fichas com o nome de 3.846 pessoas mortas em supostos tiroteios com a polícia. Fora as cerca de trezentas fichas devolvidas sem informação, os funcionários nos entregaram dois pacotes... Em um deles se encontravam as 1.220 fichas das pessoas já arroladas em processos criminais. O outro, no entanto, abri-

gava um volume ainda maior de fichas. Eram os nomes de 2.303 pessoas que nunca estiveram envolvidas em crimes no município de São Paulo. Um total que representa quase

o dobro em relação ao número de vítimas que eram criminosas! Prova estupefacente de que, de cada dez pessoas mortas pelos policiais militares, menos de quatro tiveram participação em algum crime. Mais de seis tinham o passado limpo. Suas fichas nos foram devolvidas com um carimbo de duas palavras: nada consta.

No processo de checagem, já havíamos encontrado nos registros da Polícia Civil mais 276 casos de vítimas envolvidas em processos agora na área da Grande São Paulo, dentro do universo dos 2.303... Assim, o cruzamento das duas fontes judiciárias nos permite afirmar com segurança: se em um total de 3.523 vítimas da PM por nós identificadas 1.496 eram criminosas - o que representa 42,6% -, os outros 57,4% nunca haviam praticado crimes na Grande São Paulo. Identificamos 2.027 inocentes assassinados pelos matadores da PM. Caco Barcellos - **Rota 66**. Globo, 1992. p.257/8.



manda no pedaço". A suposta defesa da propriedade dos que têm pouco - como se valesse mais que a vida humana - é um dos elementos básicos de aceitação dessa ação violenta na periferia. Seu papel ideológico e social é decisivo para a reprodução da ordem estabelecida

O quadro das vítimas desmente também o argumento de que os policiais matam em ações de auto-defesa, ou em "reação" à violência. Para cerca de 8000 pessoas mortas pela Polícia Militar, entre 1970 e 1992 morreram 42 policiais em tiroteio.

As vítimas da ROTA são homens jovens da periferia, na maioria operários ou filhos de operários sem passagem pela polícia ou condenação judicial. Foram registrados na pesquisa de Caco Barcellos 680 casos de menores mortos, 148 com menos de 15 anos. Pelo menos 51% das vítimas são negros.

Matar pobres é a regra, mas como toda regra tem sua exceção... a ROTA também pode matar jovens de famílias ricas ou setores médios, como no caso da ROTA 66. O "engano" pode acontecer já que as execuções não são precedidas de investigações: "atirar primeiro, perguntar depois".

Impunidade

A impunidade é a chave para se compreender a ação da ROTA. Em alguma medida, deriva da dificuldade das famílias em levar adiante um processo e das ameaças que intimidam as testemunhas. A garantia básica da impunidade, no entanto, é o julgamento dos policiais pela Justiça Militar Estadual, com evidente dimensão corporativa e sem controle por parte da Justiça Comum. Essa competência esdrúxula, uma vez que não se tratam de crimes militares, foi constituída em 1977 como parte da preparação para a "abertura lenta e gradual" do regime e mantida pela Constituição de 1988.

O incentivo e a conivência com a violência policial tem sido também, nas últimas décadas, elemento da política de segurança dos governos estaduais em São Paulo. Com pequenas mudanças durante o governo Montoro, a estrutura da ROTA - criada para reprimir a guerrilha - foi mantida, incluindo a premiação dos "heróis" matadores, o desperdício de recursos públicos e a autonomia das equipes que fazem as rondas.

Na campanha para a prefeitura, o candidato do PMDB fazia a propaganda: "Aqui em São Paulo bandido não cria fama". O saldo dessa política é a elevação do número de vítimas da PM. Se no governo Montoro a média era de uma vítima a cada 17 horas, chega a quatro mortes por dia no governo Fleury. Poucos dias depois do massacre no Carandiru, no dia 16 de outubro, a **Folha da Tarde** noticiava que "PM mata sete pessoas em menos de quatro horas", sendo pelo menos três menores.

Direitos humanos

O massacre do Carandiru ocorre num momento em que setores importantes da sociedade civil se organizam para fazer frente às violações cotidianas dos direitos humanos na cidade. Num momento em que o debate social é polarizado, de um lado, pela defesa da pena de morte e, de outro, pela busca do controle sobre a ação repressiva do Estado.

A abertura da vala de Perus abriu um novo período de denúncia dos crimes da ditadura e busca dos mortos e desaparecidos. A CPI dos desaparecidos da Câmara Municipal se constituiu no primeiro fórum legislativo onde ex-presos políticos e familiares puderam formular suas denúncias sobre a repressão; onde agentes da repressão foram convocados a depor. A luta das entidades e familiares dos desaparecidos, com apoio da Prefeitura, conquistou a abertura dos arquivos do IML e dos DOPS de vários Estados, inclusive o de São Paulo que estava sob controle da Polícia Federal desde 1982. A identificação de corpos encontrados na vala e em outros locais pela equipe da UNICAMP indica um caminho de esclarecimento e sepultamento digno dos mortos, com novas possibilidades de processos contra a União. As modificações no Serviço Funerário barram o uso dos cemitérios municipais como esconderijos de corpos.

O movimento em defesa das crianças e adolescentes tem cumprido um papel decisivo de alerta à sociedade sobre a violência policial e as práticas de extermínio. A constituição de CPIs a nível federal e municipal, a Comissão para Apuração de Execuções Sumárias da OAB têm continuidade na constituição dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos conselhos tutelares. A denúncia da violência contra as crianças derruba os mitos de heroísmo e põe em evidência a covardia da ação policial.

O próprio livro - **Rota 66** - deve ser encarado como um avanço importante na luta em defesa dos direitos humanos em São Paulo. A qualidade da pesquisa realizada obrigou toda a

grande imprensa a divulgar algumas de suas principais descobertas, como a inocência da maioria das vítimas da PM.

Luta contra a barbárie

Nesse quadro, o massacre do Carandiru pode ser encarado, também, como demonstração de força por parte de um setor que tem sua ação questionada. Uma demonstração de força que se faz presente também na Assembléia Legislativa, com as caravanas de policiais que tentaram obstruir a formação da CPI e através da intervenção de notórios representantes da direita como Conte Lopes e Erasmo Dias.

O afastamento dos comandantes do massacre e a constituição da CPI são vitórias importantes na luta contra a barbárie. Mas será a mobilização das entidades, acompanhada de vigilância internacional, que poderá viabilizar que a CPI tenha consequências, inclusive no esclarecimento sobre o número de mortes e o paradeiro dos corpos.

Algumas alternativas institucionais têm sido apontadas visando maior controle social sobre os aparatos de segurança. Está tramitando no Congresso Nacional uma proposta de Emenda Constitucional - de autoria do Deputado Hélio Bicudo (PT-SP) - que desmilitariza as polícias estaduais, suprimindo os tribunais militares estaduais e subordinando as polícias ao controle do judiciário. Trata-se, sem dúvida, de uma luta decisiva dentro de uma estratégia de reformas democráticas, permitindo reduzir a impunidade.

A proposta de desvinculação do IML da esfera policial já tinha sido uma das conclusões da CPI dos desaparecidos, e é uma reivindicação dos próprios médicos-legistas.

O episódio do Carandiru também trouxe a público a discussão do sistema penitenciário e do confinamento na lógica da "segurança máxima", que corrompe os agentes do Estado e condena os presos a uma vida degradante, à marginalização definitiva e à morte pelas doenças.

Enfim, é necessário ter sempre em conta que nenhuma instituição é capaz de garantir a liberdade e os direitos de cidadania. Ao contrário, os direitos de cidadania da maioria só podem ser conquistados num processo de mobilização amplo e permanente. Isto é inseparável da luta contra as desigualdades sociais, as discriminações e a exploração do homem pelo homem. Juizes e policiais não farão falta numa sociedade de homens e mulheres livres e vivendo em igualdade. □

A maioria das vítimas da PM de São Paulo não cometeu nenhum crime. São pelo menos 2.027 inocentes assassinados pelos matadores profissionais.



Sergio Tonisaki

Neonazismo Tupiniquim



Skinheads de vários matizes, white powers, inúmeras facções nas quais se dividiu a tribo dos carecas - dissidência dos punks adeptos do anarquismo surgida há onze anos nos bairros operários do ABC. Há mais de 30 grupos de jovens que aderem de uma forma ou de outra aos ideais nazistas em São Paulo e no interior do estado, em Santos, Jundiaí, Americana, Limeira. A maior parte delas surgiu na classe operária. São conservadores, moralistas, trabalham, geralmente são bem informados. A violência é sua forma de expressão. Recebem formação logística e treinamento dos Estados Unidos e Europa, onde não faltam revistas nazistas editadas em português. E vem sendo fortemente influenciados pela onda de violência contra emigrantes que ocorre na Europa. São um contraponto aos jovens estudantes de classe média que saem às ruas com as caras pintadas e a alegria da descoberta de sua cidadania estampada nos rostos, rompendo com a apatia.

Os skinheads paulistas ganharam destaque quando foram entrevistados, dia 17 de setembro em programa de televisão, expondo sua ideologia, formas de organização e ação, suásticas, punhos erguidos e bandeiras. Dia 24 os white powers invadiram a rádio Atual, dirigida aos migrantes do Nordeste, deram tiros e picharam as paredes pedindo morte aos nordestinos.

O ideário dos nazistas brasileiros é redefinido e adaptado a realidade local, com alguns grupos contemplando até a miscigenação, incluindo negros em seus quadros. O que ocorre em São Paulo não parece tratar-se de um mero arremedo do fenômeno europeu. A retórica neonazista privilegia o ataque aos nordestinos, considerando-os uma sub-raça, mas as razões profundas do ódio e da violência são mais uma vez a crise econômica, recessão e os mais altos índices de desemprego de toda a história do país. É um caldo de cultura para a proliferação do autoritarismo e da violência, racial, política, moral.

A dimensão explícita da violência neonazista impactou a sociedade paulista e a resposta da sociedade civil foi rápida na organização de uma frente antinazista e na busca do enquadramento dos responsáveis pelo atentado. A punição institucional depende de provas e das tramitações legais. Pode falhar. Mas a resposta nordestina, se necessária, já organiza a defesa de seu espaço de sobrevivência e de seu jeito de ser. Sinal dos tempos.

Antonina Silveira

Silêncio e violência

Foi instituído em 1980 o 26 de novembro como Dia nacional de luta à violência contra a mulher. Desde então vários passos foram dados neste sentido, como a criação de delegacias da mulher, a conscientização crescente de seus direitos, etc. O resultado foi que um número crescente de mulheres vem se sentindo mais seguras em denunciar seus agressores, na maioria dos casos o próprio pai, marido ou namorado.

Neste quadro, também no movimento sindical começam a emergir denúncias de um tipo de violência contra a mulher muito disseminada, mesmo no sindicalismo cutista, o assédio sexual. Ambiente masculino, o movimento reproduz as mesmas relações de desigualdade e poder dominantes na sociedade.

Há um esforço significativo de todo um setor do sindicalismo cutista para enfrentar este problema. Secretarias e

comissões de mulheres buscam construir relações de respeito e igualdade, rompendo com a naturalidade com que o tema é tratado. O IV CONCURTO deu um passo decisivo,

definindo a criação de comissões em todas as instâncias da central para apurar as denúncias de violência, assédio, etc.

Isso, entretanto, não supera todas as dificuldades. As resistências são grandes, já que se mexe com relações de poder solidamente estabeleci-

das e consideradas normais. Mas, para que esse tipo de prática tenha cada vez menos espaço no movimento sindical, é preciso denunciar, ainda que o alvo da denúncia seja um dirigente classista, combativo, etc. O silêncio só contribui para a continuidade das agressões e do assédio às mulheres. Marilaine Teixeira



Condição pós-moderna

Acaba de ser lançado um livro fundamental: trata-se de **Condição pós-moderna**, de David Harvey (SP, Loyola). Seu autor é um analista de questão urbana, mas tem também estudos de economia e agora publica esta obra cujo subtítulo é *Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*.

Harvey traz uma contribuição decisiva para re-colocar o debate sobre a cultura contemporânea, polarizado pelo tema do pós-modernismo, em bases substancialmente diferentes. Ele demonstra a existência na história do capitalismo de momentos em que uma série de transformações provocam uma "compressão do tempo-espaço". A aceleração da velocidade dos processos sociais provoca uma desorientação dos indivíduos acostumados a ritmos distintos. A arte e a cultura registram estas transformações com presteza, mas suas raízes estão no uso de novas técnicas decorrentes das necessidades da acumulação, que reduzem as distâncias, integram indivíduos e povos, aceleram o fluxo de informações, etc.

O mais importante destes processos foi o renascimento. Mas eles se tornaram frequentes com o domínio do capitalismo. Ocorreu um pro-

cesso de compressão do tempo-espaço na década de 1840, com a introdução das ferrovias, do telégrafo, a aceleração da urbanização, etc. E outro nas primeiras décadas do século XX, com as consequências da segunda revolução industrial. Foi a era do automóvel, do avião, do cinema e, também, do modernismo clássico.

David Harvey localiza uma nova vaga de compressão do tempo-espaço iniciando-se na década de 1970. As transformações na organização do modo de produção capitalista associam-se a crise do fordismo e a passagem para a acumulação flexível.

Impõem-se mudanças na relação dos indivíduos com o tempo e o espaço, que desorganizam o antigo sistema de referências e provocam o surgimento de novas representações, valores, etc. A sensação de desambientação e crise perdura até que as formas de lidar com a nova realidade e sua velocidade são assimiladas socialmente. A emergência de novas formas culturais ganha aí inteligibilidade. E a seu estudo o autor dedica boa

parte do livro, constituindo uma explicação alternativa a dos pós-modernos. José Corrêa



Meio milênio de resistência

ISAAC AKCELROD

A população negra é parte integrante do povo brasileiro constituindo-se na segunda maior concentração negra do mundo (são 65 milhões, 45% da população), menor apenas do que a da Nigéria, na África, com quase cem milhões de habitantes. Sua importância maior, entretanto, não se alimenta do mero volume demográfico. Destacam-se mais ainda o papel e o desempenho histórico e social que marcam a participação negra na formação do país e do seu povo. A função da população negra não é apenas numérica, de reprodutora biológica. É predominantemente social. Os escravos africanos constituíram o primeiro núcleo estável de trabalhadores produtivos do Brasil. Foram a primeira célula do trabalho organizado com independência contra o poder dominante na época - chegaram até à luta armada.

Este acontecimento seminal não figura em numerosos ensaios eruditos, alguns com tintas de marxismo, porque a ideologia do movimento negro não tinha nem poderia ter vínculos com a culta Europa. A organização autônoma do trabalhador negro tinha um arrimo cultural africano. É isto que ainda nos falta apreender e compreender para libertarmos-nos das vãs tentativas de recortar a experiência brasileira segundo um figurino europeu de antemão estabelecido.

Uma conclusão se impõe: o estudo, auto-análise e auto-conhecimento da classe operária brasileira, a identificação de suas mais remotas e precursoras experiências de combate, a valorização de sua mais antiga tradição de luta e o resgate de sua herança mais negada e reprimida estão exigindo da militância socialista revolucionária no Brasil que estude com a mente aberta e avalie com visão solidária a resistência negra que já chega a seus 500 anos, meio milênio...

Fuga

Os africanos acorrentados opunham uma resistência desesperada, pois não contavam com a mínima base material para uma efetiva emancipação. A abolição da escravatura devia abalar mas não abolir o poder das classes dominantes. Os escravos rebelados não tinham meios nem perspectivas de tentar a mínima mudança na estrutura da sociedade. Não obstante, lutavam com coragem e denodo exemplares, com habilidade e inventiva invejáveis.

Em toda a América registraram-se raros mas expressivos casos de "Chimarrões", negros que conseguiam se desvencilhar no desembarque, burlar ou vencer a vigilância, superando a fome e a fadiga infinita da travessia infernal nos porões infectos dos navios negreiros. Fugiam mal o barco atracava, surpreendendo pela imprevista audácia. Avançavam para o desconhecido total e a hostilidade absoluta. Completamente nus, sem saber uma única palavra da língua da terra, sem noção alguma do terreno, sem idéia do que poderiam encontrar pela frente - avançavam resolutamente com bravura sem limites. Espantoso é que alguns tenham sobrevivido. Essa fuga para a liberdade era, em geral, o salto para a morte...

Palmares

A luta armada foi uma constante na resistência negra à escravidão. Povoaram o país de quilombos, alguns de vida muito curta, mas todos foram formados por negros fugidos do cativeiro com ajuda de outros negros e que usaram a liberdade para se armarem e lutar.

Sociedades secretas de negros fugidos organizavam o terror contra os senhores de escravos - assaltavam as fazendas, libertavam os escravos, confiscavam as armas, matavam os latifundiários escravistas. Embrenhavam-se na floresta tropical, organizavam novos quilombos que iriam reproduzir a estrutura das comunidades de que eram originários ou descendentes na África.

O maior e mais importante quilombo, que ficou como um símbolo na história revolucionária do país foi o de Palmares. Resistiu durante 67 anos e chegou a ter 20 mil habitantes, reunindo escravos fugidos, pessoas livres, desertores das guerras coloniais com os holandeses no nordeste brasileiro.

Palmares sobreviveu graças à guerra de guerrilhas, guerra de movimento contra os colonizadores europeus, portugueses e holandeses. Os quilombolas que caíam prisioneiros atuavam como agitadores políticos de primeira qualidade: sublevavam escravos nas fazendas, recrutavam para os quilombos e os organizavam para a fuga em direção a Palmares. Foi preciso empregar até artilharia para subjugar a fortaleza negra. Conta a lenda que o Zumbi, título do comandante de Palmares, se jogou no abismo do alto de um penhasco, preferindo a morte à escravidão.

O quilombo foi bastante além do meio século de combate porque combinou uma certa margem de autonomia técnica, já tinha um início de metalurgia do ferro, e principalmente porque organizou apoios nas fazendas e fora delas...

Divisões e resistência

Os escravos absolutamente indefesos só podiam simular submeter-se, encobrendo a resistência com aparente passividade. Lentamente foram se recompondo e rearticulando, para restabelecer a prática de suas tradições culturais e religiosas com rótulos e etiquetas da religião dos opressores. O candoblé pareceu afinisar-se com a Igreja que detestava. Os orixás incorporaram São Jorge, pois pareceu-lhes adequado o simbolismo do cavaleiro armado de lança e derrotando o dragão.

A Igreja não tardou em invadir o campo da organização religiosa de foram diversionista, criando irmandades que separavam as nações africanas, impedindo a união de nagôs e bantos, separando mulatos, crioulos (negros nascidos no Brasil) e negros de cepa africana. As irmandades, vistas agora de uma distância conveniente, revelam um duplo objetivo senhorial: 1) segregação dos negros em igrejas especiais, eles que não se metessem nas igrejas dos brancos; 2) divisão entre os próprios oprimidos para que não se articulassem em luta comum. Era o ópio do povo. Diz o Estatuto de uma dessas irmandades que nela não poderiam ingressar "judeus, mulatos e hereges". Pregação anti-semita entre as próprias vítimas do racismo. □

Extratos da contribuição de Isaac Akcelrud à edição especial da revista Inprecor América Latina, de nº 26 sobre os 500 anos da chegada dos europeus a América.



Os negros foram lentamente recompondo uma tradição socio-cultural e construindo uma identidade própria.

A contribuição negra para a formação nacional é decisiva, antes de tudo, do ponto de vista social. Isso ainda não foi corretamente assimilado.

Eleições: primeiro balanço

JOAQUIM SORIANO

Não temos ainda condições de fazer um balanço completo das eleições. Ele poderá ser bem diferente dependendo do desenlace do segundo turno. E, depois, ainda não dispomos de dados confiáveis sobre o resultado nacional. Só dispomos de indicadores parciais, principalmente através da comparação do número de vereadores eleitos.

Uma primeira abordagem pode ser feita através do levantamento inicial do jornal **Brasil Agora** nº26 (ver tabela), que indica um quadro muito desigual conforme o estado. Há um importante crescimento do número de vereadores no Nordeste e em Santa Catarina. Há também um retrocesso muito grande em Goiás e no Espírito Santo e menor em São Paulo. Isso por si só impõe uma discussão que aponte as causas específicas de cada avanço e recuo.

Há também a necessidade de diferenciar-se a situação das pequenas e das grandes cidades. O interi-

or do país parece ter sido pouco afetado pelo movimento *pró-impeachment*. Já nos principais centros, os políticos vinculados a Collor (exceto Maluf em São Paulo) tiveram resultados ruins. Brizola também pagou o preço por sua aliança com Collor.

Possíveis avanços

Os partidos e políticos que surgiram como oposição a Collor foram os grandes beneficiados nas cidades maiores. O PT, apesar de ter eleito praticamente o mesmo número de vereadores nas capitais que em 1988, está disputando o segundo turno em quatro das cinco principais cidades do país: São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (em Salvador apoia Lídice da Mata do PSDB). Caso ganhe, teremos um avanço em nossa presença institucional - além destas, disputamos em Goiânia, João Pessoa, somos vice do PSB em Maceio e já ganhamos em Rio Branco, capital do Acre e em mais 44 cidades, em geral pequenas.

Vale destacar também a vitória do PPS (o antigo PCB) em Florianópolis e o desempenho tanto do PSB (em Natal, Maceió e São Luis, onde disputa o segundo turno) como do PSDB (em Salvador, Vitória e Teresina).

Os dados preliminares indicam um grande descolamento da votação dos candidatos a prefeito para os vereadores, refletindo o caráter despolitizado do voto proporcional. Há também uma queda no voto de legenda. E o balanço das coligações que o PT realizou, principalmente para proporcionais, mostra que nosso partido transferiu votos para os partidos coligados. Parte do recuo da legenda do PT, onde ocorreu, deveu-se ao seu avanço.

Prefeituras petistas

A situação das cidades que administramos merece uma análise mais detida, só possível depois do segundo turno. Os dados são expressivos. Perdemos em 11 das 24 administrações petistas (de um total inicial de 36 em 1988, pois 12 prefeitos já tinham abandonado o PT). Temos

ainda em disputa no segundo turno, São Paulo, Santos e Porto Alegre. Dentre as perdas, São Bernardo do Campo, Santo André, Piracicaba, Vitória, Timóteo e Monlevade.

Isso parece apontar vários problemas. Em primeiro lugar, o fato do PT ter aproveitado pouco o processo do *impeachment*, apresentando-se com uma imagem muito diluída e/ou indiferenciada de outros partidos. Depois, a perda de parte do "charme" do PT com a condição de governo, mesmo onde a avaliação da prefeitura é positiva. Em alguns casos, estas prefeituras não tiveram uma presença marcante nas polarizações políticas mais gerais. Além disso, a divisão do partido na disputa para a indicação dos candidatos transformou algumas prévias em verdadeiras guerras, com o uso da máquina de prefeituras, o que fragilizou o PT e suas candidaturas. E, finalmente, a unificação de todos os nossos adversários em torno de uma candidatura contribuiu para nossa derrota.

Balanço unilateral

Dirigentes do PT ligados ao "Projeto para o Brasil" adiantaram-se em formular, de maneira as vezes caricatural, um balanço geral: fomos derrotados porque não implementamos uma política de alianças ampla, particularmente com os partidos de "centro-esquerda". Os fatos não comprovam esta tese. Praticamente em todas as cidades onde chegamos ao segundo turno, isto é, nas eleições que condensam a disputa política nacional, implementamos nossa política de alianças tradicional (com o PCdoB, PPS/PC, PSB e PV), excluindo o PSDB e o PDT no primeiro turno. Isso inclui São Paulo, Rio de

Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e Londrina. Em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, nem mesmo o PCdoB estava coligado conosco. Se a ampliação do leque de alianças fosse o elemento decisivo, teríamos conosco, já no primeiro turno, outros partidos fora da política de alianças definida em nossos encontros, para além dos casos de Goiânia e Ribeirão Preto (onde tivemos o apoio também do PSDB).

A imagem diluída e a perda de espaço político que vinhamos conhecendo desde a posse de Collor é outro problema. E ele se liga ao balanço da situação estrutural do movimento operário e popular depois de dois anos e meio de modernização neoliberal. O movimento sindical tem conhecido uma importante erosão. A crise estimula a busca de soluções individuais para a vida difícil. Os resultados eleitorais são um duro golpe para a visão ingênua que considera possível um crescimento linear do partido, de eleição em eleição, para além da evolução positiva ou negativa da conjuntura e das vicissitudes da luta social e da mobilização de massas. □

VEREADORES PETISTAS

ESTADO	1988	1992
ACRE	6	6
ALAGOAS	6	2
AMAZONAS	**	**
AMAPA	5	3
BAHIA	28	37
CEARA	18	37
ESPIRITO SANTO	6	37
GOIAS	70	26
MARANHAO	12	16
MINAS GERAIS	220	300*
MT. GROSSO DO SUL	3	7
MATO GROSSO	12	18
PARA	37	39
PARAIBA	6	14
PERNAMBUCO	4	20
PIAUI	3	3
PARANA	33	47
RIO DE JANEIRO	18	27
RIO GR. DO NORTE	5	10
RONDONIA	28	36
RORAIMA	**	**
RIO GR. DO SUL	123	140
SANTA CATARINA	45	95
SERGIPE	**	**
SÃO PAULO	277	210
TOCANTINS	3	10
TOTAL	1.018	1.140

*Estimativa do Dir. Regional

**Sem dados

